MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 19 de abril de 2017

N.º 08/2017

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da no âmbito da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, no âmbito da Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9

h) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – <u>Assuntos diversos de interesse para a autarquia</u>

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Ao longo deste mandato, tenho tentado ter pelo menos uma atitude pedagógica em várias matérias, porque entendo que há situações que podem ser bastante melhoradas. Uma delas era importante, porque estamos a poucos meses do final mandato, a de repensar a forma de participação da população na reunião de câmara. Disse-o no início do mandato. É para quem vier a seguir, mas é importante e basta ver noutros sítios como isso acontece. Poderíamos todos ganhar se a participação fosse antecipada e não é só em câmaras de outros partidos, mas também em câmaras lideradas pela CDU.
Prezo muito a autonomia dos vários órgãos autárquicos e políticos. A autonomia e a independência são fundamentais na Câmara, Assembleia Municipal, Assembleias e Juntas de Freguesia, e nessa linha orientadora entendo que há o respeito institucional quer pelos eleitos, pelos órgãos, quer por todos. Digo-o porque já referi várias vezes que entendo que os onze que aqui estão fazem parte do mesmo órgão executivo Câmara Municipal como é claro e evidente para todos. E sendo assim, toda a documentação, planos, estudos, etc., que são da responsabilidade da câmara devem envolver os presentes em primeiro lugar. Digo-o porque mais uma vez, como ontem, e pedi ao secretariado para o fazer por escrito, quem é que estaria presente na apresentação do tal Plano Estratégico e uma vez mais a resposta foi: "os eleitos". Os eleitos de onde? Até podiam ser os eleitos à Assembleia da República... Continuo a dizer que faço parte do órgão câmara municipal e tenho todo o direito, assim como a Sra. Presidente, de discutir todos os documentos em primeira mão pelos eleitos da câmara, presidente e vereadores, e só depois e eventualmente discuti-los ou apresentá-los a outros órgãos se assim se entender.
Ontem não estive presente naquela sessão não porque não pude, mas porque não quis, independentemente do valor e daquilo que se vai apresentar e continuar a discutir e entendo que é assim que devemos trabalhar. Se a Sra. Presidente como tem a maioria absoluta às vezes pode ter uns "tiques de poder absoluto", o que pode levar a que se entenda que é tudo a mesma coisa, mas não é assim. A Câmara é um órgão, a Assembleia é outro, e as freguesias outros. Dou esta nota e continuarei a fazer assim até ao final do mandato, porque entendo que primeiro discutimos, e depois os planos, os estudos, ou seja, o que for, concordando com eles ou não, serão sempre da Câmara Municipal. Entendo que o que aconteceu ontem não teve a participação do vereador da coligação PSD/CDS.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Quero abordar o que houve numa destas reuniões e que o Sr. Vereador Luís Rodrigues acabou de falar, o Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes para Setúbal, porque entendo que é um documento extremamente importante para o concelho e que necessita de um estudo aprofundado e de discussão política, porque a parte técnica acho que está feita. Nos próximos tempos, neste ou no próximo mandato o documento deve ser mesmo fruto de discussão política, porque se a parte técnica faz o seu trabalho os políticos depois têm de decidir e não ficar reféns apenas da parte técnica. Sem prejuízo de falarmos depois disto de forma mais aprofundada, há mais questões. O documento é muito ambicioso e também as suas soluções que num prazo de 10 anos dificilmente se concretizarão, mas é importante ter essa ambição e ter aquela estratégia, especialmente no plano rodoviário e com a projeção da cintura exterior e a circular interior pode realmente ser estruturante para o concelho. Agora é preciso

saber se aquilo é apenas para constar no plano ou se vai constar mesmo depois de um dos objetivos primários de a construir, porque aquilo envolve custos muito elevados. Há decisões e prioridades que têm de ser destacadas ao longo dos anos do mandato e por isso essa ambição que se não passar do papel e não se materializar de pouco ou nada vale, mas dou como nota muito positiva toda aquela estrutura que o plano propõe. Ao nível do estacionamento, que foi um assunto aqui muito falado há cerca de um ano atrás, é proposto naquele plano acabar com as zonas de baixa rotação, as zonas amarelas, e ser os moradores a propor o estacionamento tarifado e implementar-se de forma direta o estacionamento tarifado em todas essas zonas. Consta no plano e acho que devia ser discutido politicamente, porque essa decisão é nossa, se devíamos implementar em todas ou em apenas em parte das zonas. A discussão política sobre estes planos é mesmo muito importante exatamente para esmiuçar tudo isto. Ao nível dos transportes coletivos e do plano pedonal há uma mudança de paradigma que tem de ser feita na cidade, o plano revela isso bem, especialmente no plano pedonal e na casa/escola pois dá um grande enfase e isso. Também isso realço como aspeto muito positivo do plano, essa alteração. A título de curiosidade, até para lhe dar credibilidade, não é só dizer bem ou mal, mas sim o que está bem feito e o que está mal feito. Quando li o plano achei curioso que um dos pontos a ser alvo de retificação é o cruzamento da Antero de Quental, quando se desce do Alegro para a Avenida dos Ciprestes. É uma solução implementada recentemente e que segundo o plano não resolve o problema e cria estrangulamento, num assunto que foi muito falado nas reuniões de câmara. No geral entendo que o plano é estruturante, é muito interessante e ambicioso, mas necessita da discussão política. Tal como ouvi ontem pelo Sr. Professor Augusto Mateus *"um plano estratégico é um guião em aberto"*, pelo que não pode ser um documento fechado e como o Sr. Vereador Luís Rodrigues diz, deve ser discutido. O PS está muito disponível para fazer essa discussão, seja neste mandato seja no próximo, porque entendemos que o que for decidido vai condicionar a mobilidade no concelho. Isto é uma das áreas mais faladas pelos partidos políticos do concelho, mas depois quando é a altura de se discutir isto alguns anulam-se e não aparecem à discussão.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Estes dois temas são da máxima importância para o concelho, município e cidade, um Plano de Mobilidade Sustentável e o Plano Estratégico. É justo realçar a abordagem destes assuntos nesta reunião de câmara, após a primeira discussão pública feita, com este registo da diferenciação de posições. O Sr. Vereador Luís Rodrigues "quer caso", o Sr. Vereador Paulo Lopes "quer coisa", que apareça coisas. O Sr. Vereador Luís Rodrigues quer um caso antes da discussão pública alargada que foi convocada quanto ao método, queixou-se do método. Todos os eleitos da autarquia e das freguesias foram convidados para participar numa discussão prévia à discussão pública, na sequência da qual terá de haver a discussão política. Arranjou um pretexto para não comparecer, é da sua lavra, mas não pode é atirar "falta de respeito democrático" para quem escolheu esta metodologia, foi na melhor das intenções: duas discussões em que os eleitos podem participar antes de vir à discussão política. Se não quis participar não quis, é com o Sr. Vereador, agora não faça isso para invocar a não participação democrática que é o que temos feito sempre e continuaremos a fazer. Esse reparo não colhe. O Sr. Vereador Paulo Lopes falou do Plano de Mobilidade Sustentável que é de facto importante e enquadra-se no Plano Estratégico. Quanto a este não posso dizer que mais importante que haver um Plano Estratégico é haver um pacto estratégico, porque tem de haver estratégia. Pela primeira vez se define que há objetivos que se pretendem para a cidade, é bom que sejam o máximo possível consensualizados. Que ultrapassemos diferenças de posição quanto ao modo ou tempo de fazer para que haja objetivos senão não há estratégia. Se é só para a maioria circunstancial do mandato não é uma estratégia, a quatro anos não há estratégias, há a 16, 18 ou 20 anos, para vários mandatos. Consensualizar o que é importante para a cidade e que linhas de rumo se devem seguir é que é fundamental. Devemos aferir o que estamos a fazer na gestão de cada mandato de acordo com a estratégia que consensualizámos, no máximo possível. Estou a dizer isto sabendo de antemão que há quem nunca queira entrar no consenso de estratégia. Curiosamente não estou a antever que o Sr. Vereador Luís Rodrigues enquanto representante do PSD/CDS venha consensualizar uma estratégia para Setúbal, francamente

digo que é por razões meramente partidárias. Com a mesma franqueza também digo que vejo isto do lado da força política que mais tem apelado ao consenso estratégico na sociedade, até num momento em que o Sr. Presidente da República é o maior apelante a estes consensos. Era importante que não fosse o Plano Estratégico ou o Plano de Mobilidade Sustentável de uma maioria circunstancial no mandato, mas que fosse uma visão de conjunto. Depois deve haver diferenças sobre as prioridades, como e quando fazer, há de haver certamente. Uns dirão que fariam melhor, mas é importante termos uma estratégia para a cidade. Estes documentos são de extrema importância para saber-se o que se quer desta cidade para o futuro. Menorizemos estas questiúnculas processuais que hão de sempre tentar querer afastar a discussão útil e quem o quiser fazer deve chegar a um ponto que pela vontade dos outros parceiros políticos se sinta mal no seu papel. É o que estou a fazer em relação ao Sr. Vereador Luís Rodrigues, que se sinta mal no seu papel de menorizar o processo de discussão aberta que foi lançada para estes dois projetos importantes. Quanto ao resto a discussão abriu-se, vamos ver se estamos a trabalhar. Em defesa da causa desta maioria defendo que com estes estudos técnicos estamos a dar algum conforto, porque nos dão a noção de que não estamos "a pôr o pé fora do sítio", estamos a trabalhar no sentido em que é fácil de ver que são os objetivos estratégicos para o desenvolvimento da cidade e para melhorar o bem-estar da população, que é o que pretendemos todos. Era bom que estes documentos fossem entendidos assim, que se fizesse a discussão aprofundada entre os eleitos, informalmente, e com a população, para depois e com mais razão de causa haver opções políticas, priorizações e objetivos claros. Os países, as cidades e as empresas desenvolvem-se se houver isso. Se andarmos a questionar uns com os outros, que "vocês fizeram assim", "fizeram mal", "não discutimos e nem participámos", esse enredo é infelizmente na história do País um dos fatores de atraso. Não é difícil em Setúbal ultrapassarmos esses fatores de atraso que são as questiúnculas do modo de fazer. Mais importante que um plano é um pacto estratégico. Quem quiser entrar no pacto é bem-vindo e a população vai agradecer, porque os resultados de qualquer força política que esteja a trabalhar para bem dos setubalenses são potenciados se houver esse consenso e são prejudicados se não houver.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Quero registar esta intervenção do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes dizendo que também sentimos a necessidade da discussão política aprofundada sobre este plano estratégico, sentimos que há a necessidade de envolver e ouvir as populações, e que deve haver um compromisso político para o futuro relativamente a este plano mas falta-nos saber se essa disponibilidade e boa vontade se vão manter no futuro, no próximo mandato, em circunstâncias de maioria absoluta de uma das forças. Desde já registamos esse compromisso, mas queremos inverter essa situação, queremos ser nós a ganhar a Câmara. Queremos também assumir o compromisso, porque este plano é importantíssimo para a cidade. Fica desde já este compromisso caso ganhemos as eleições, será um projeto para assumir inteiramente por todas as forças políticas representadas nesta câmara municipal. Registamos a abertura da CDU em relação a este Plano Estratégico.

Sr. Vice-Presidente – Não me vou pronunciar sobre o conteúdo dos planos que foram elaborados e alguns ainda estão em desenvolvimento, naturalmente que cada cidadão e força política tem a sua posição sobre os mesmos. O que me parece importante colocar hoje aqui, tem a ver com a intervenção que o Sr. Vereador Luís Rodrigues fez. A CDU, a maioria, foi acusada há uns dois ou três meses atrás de estar a desenvolver os estudos e a elaborar os planos sem o envolvimento das forças da oposição, dos vereadores. Houve mesmo uma intervenção do Sr. Vereador Paulo Lopes no sentido de que houvesse uma participação maior dos eleitos no processo e como certamente compreendem tínhamos compromissos que foram aprovados em reunião de câmara quando vieram as propostas de adjudicação dos planos que traziam já a sua proposta de envolvimento. Dos vários momentos em que o plano teria participação pública, as fazes de elaboração, apresentação, etc., portanto, não constava no Plano de Mobilidade Sustentável como no Plano Estratégico não constava a apresentação dos eleitos. Certamente que todos os setubalenses e azeitonenses reconhecerão que a maioria da CDU tem feito um esforço no sentido de levar as pessoas a participar, a envolver-se nas decisões aos mais diversos

níveis. Creio que ao longo destes anos de mandatos que esta questão será reconhecida por todos. Pode ser criticada que não foi tão longe como seria desejável, etc., mas o que é um facto e existem documentos, existem tempos que hão de fazer parte da História da vida democrática deste município que demonstram o esforço e empenhamento que este executivo tem de fazer para envolver as populações para poderem participar nas decisões. Também nos pareceu que este desafio do PS através do Sr. Vereador Paulo Lopes faria algum sentido, ou seja, também nós no desenvolvimento do plano e nas várias fases, no que faltava fazer a partir dessa data, falar com as equipas para promover sessões dirigidas aos eleitos da Câmara, Assembleia e Juntas de Freguesia. Tanto o Plano de Mobilidade Sustentável como o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Setúbal, tendo em conta a sua fase de desenvolvimento, contratualizámos com as equipas e estas disponibilizaram-se a fazer essas sessões. Acho muito estranho que o Sr. Vereador Luís Rodrigues venha dizer que não foi ontem à reunião e nem a outras, porque considera que esta não era a melhor forma de participação. A isto queria acrescentar que os planos são aprovados, como foram estes, na Câmara Municipal e depois são entregues às equipas técnicas, no caso contratadas ao exterior, mas como é normal a nossa componente técnica acompanha estes trabalhos e, portanto, as coisas têm muito a ver com a capacidade, o conhecimento, a experiência dos técnicos da Câmara nos vários níveis da especialidade. Depois, no nosso ponto de vista pode acontecer duas coisas, ou a maioria assume o plano quando estiver elaborado e desenvolve-o de acordo com a sua orientação e por isso é avaliado com regularidade pela população, de quatro em quatro anos, ou cumpre ou não cumpre os compromissos que estabeleceu. Ou então vem aos órgãos competentes para ser aprovado e a partir desde momento não é um plano assumido pela maioria, qualquer que ela seja, mas assumido pelos órgãos municipais. Maior participação que esta não estou a ver até porque outros estudos e planos têm sido apresentados em reuniões públicas dedicadas ao executivo municipal e o que verificamos é que as equipas técnicas vêm cá e os senhores ouvem e não fazem comentários. Naturalmente que tenho de respeitar a opinião de não se fazer comentários, mas estar a dizer que não participou nestas sessões, porque acha que não são adequadas para o objetivo, isso não percebo. Parece-me que há aqui "uma fuga para a frente", e essas coisas na política não são muito adequadas ao processo de desenvolvimento e aprofundamento da democracia. Resta-me apenas chamar à atenção para uma questão que o Sr. Vereador Paulo Lopes colocou e que também não podia deixar passar em branco. Referiu-se à questão do estacionamento e que o plano segue no fundamental as mesmas linhas do que o executivo já tinha decidido. O Sr. Vereador entende que esta questão deve ter maior fundamentado e debate político, é uma opinião que é livre, mas quero lembrar uma questão, é que o regulamento do estacionamento foi aprovado na Câmara e na Assembleia e, portanto, é difícil haver mais debate político sobre esta matéria. A democracia tem as suas regras e nós temos de as cumprir para não parecer estarmos sempre a discutir a mesma coisa. Temos essa obrigação e esse compromisso, que tem sido cumprido, temos feito obra e ela está aí, os setubalenses e azeitonenses avaliarão, mas voltarmos ao mesmo debate sistematicamente não nos parece justo, porque é de alguma forma andar a perder tempo. Os órgãos, Câmara e Assembleia, aprovaram o regulamento do estacionamento municipal e as forças políticas tiveram sempre a oportunidade de levantar a questão e vir a debate, mas nesta altura isso não faz sentido, tendo em conta a maioria que existe.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Queria esclarecer que o PS participou ativamente e aqui por várias vezes coloquei a questão de debater estes planos, e no que diz respeito ao da mobilidade não sei se o Sr. Vice-Presidente se lembra inclusivamente questionei os técnicos e até levantei uma questão para a qual o plano não abordou, os corredores de emergência, sendo o hospital uma das centralidades da cidade. Foi assumido pelos técnicos e pelo Sr. Vice-Presidente que realmente não tinham contemplado essa vertente quando acho que devia ser incluído, acho injusto para o PS, porque participámos e até propusemos e levantámos algumas questões pelos vistos bastantes pertinentes. Em relação ao estacionamento aquilo que disse foi que efetivamente existe uma deliberação que vai num sentido, que as zonas de baixa rotação não teriam estacionamento tarifado a não ser que fosse a pedido dos residentes e este plano diz o

contrário, que é acabar com essa situação e implementar taxativamente o estacionamento tarifado nessas zonas do tipo 3. Há aqui uma contradição e foi isso que quis realçar. Das duas uma, ou o plano vai no sentido de alterar aquilo que foi a deliberação, ou neste caso concreto o plano não se vai aplicar? Não quero reduzir um plano tão importante a estes dois pontos, mas é impossível numa reunião de câmara como esta estar a discutir, a rebater, ou dizer que concordamos com todos ou só com alguns pontos. Há necessidade efetiva, a meu ver, de aprofundar esta discussão. O melhor que têm a fazer é pôr o plano a votação, mais tarde e quando houver condições para o fazer e ser votado, sendo que quem quiser toma a sua posição e vota como quiser. É importante haver discussão política até para por causa de compromissos futuros tal como os Srs. Vereadores Manuel Pisco Lopes e Fernando Paulino disseram. Nessa fase estou muito à vontade, enquanto fui vereador no mandato de 2005/2009, num cenário em que não havia maioria absoluta não sei se o Sr. Vice-Presidente se lembra, mas o PS viabilizou a execução de muitos planos até da área do Urbanismo, quando era de outro membro da CDU, porque entendíamos que realmente a cidade se faz com planeamento e com instrumentos que permitam planear o seu crescimento de forma sustentável. Dessa parte o PS reafirma toda a intenção de participar nessa discussão da vida e crescimento da cidade.

Sra. Presidente – Há aqui duas questões que gostaria de colocar, com certeza que o Sr. Vereador não me está a confundir com as pessoas do seu partido e muito menos com o líder nacional que tem tiques de poder absoluto. Mesmo quando estava no governo o partido dividiu-se para lhe chamar à atenção do que continua a acontecer. Nem sequer lhe admito esse tipo de observação. É uma hipocrisia política vir tentar criar um facto político onde de facto não existe, até pelas razões que o Sr. Vice-Presidente já explicou, quer deste plano que foi agora apresentado em relação à parte da ação de desenvolvimento daquele Plano Estratégico. Não vou repetir, mas quero lembrar que o PSD podia ter tido acesso aos documentos, mas não quis, não está para aí virado, assim como vota permanentemente nos tais planos que o Sr. Vereador Paulo Lopes falou que viabilizaram. O PSD/CDS votou prementemente contra esses planos e vota contra tudo o que seja o desenvolvimento de Setúbal. Não está interessado nisso. Não tenta saber, mas a primeira parte deste plano foi apresentada no Fórum Municipal Luísa Todi, no dia 2 de maio, dia de má memória já que o Sr. Professor Augusto Mateus teve um problema de saúde gravíssimo. Saiu do fórum para entrar no Hospital de Santa Marta para ser operado e por isso não nos esquecemos mais deste dia de 2016. Em setembro desse ano era para continuarmos a discussão deste plano e não houve hipótese por parte do Sr. Professor Augusto Mateus e ontem foi acabada essa apresentação do projeto de desenvolvimento de Setúbal. O PSD não esteve interessado na parte pública, não sei se esteve lá ou não, mas nunca fez propostas. Como disse o Sr. Vice-Presidente as coisas já tinham vindo à reunião de câmara e não fazia sentido nenhum. É hipocrisia política vir aqui dizer que isto deveria ser discutido internamente para que pudéssemos no órgão câmara municipal poder dar corpo à discussão deste projeto. É tanta a discussão como é aquela do PSD/CDS, quando aparece à discussão o plano de orçamento. De acordo com a lei enviamos e convidamos os partidos que estão na oposição à discussão do plano de orçamento, mas é igual, "entram mudos e saem calados". Podíamos falar sozinhos? O Sr. Vereador só pode estar a brincar! Já estou vai para cinco mandatos e a participação do PSD foi igualzinha, com algumas exceções do vereador da altura, Paulo Valdez, que estando na oposição estávamos nós em maioria relativa. Quer Paulo Valdez, Catarino Costa, quer Ilídio Ferreira deram alguns contributos para viabilizar algumas coisas, e não só viabilizar a favor, porque podiam abster-se. O Sr. Vereador Paulo Valdez inclusivamente propôs o aumento das taxas até faseadamente, quando íamos propor que fossem aumentadas na totalidade. Teve uma participação positiva que acatámos. Não veio mais propostas de ninguém. O mandato passado foi uma desgraça, o vereador do PSD por motivos profissionais não esteve o mandato todo e era substituído em rotatividade, vinha um a cada reunião e nem estavam para aí virados. Temos tido uma presença assídua do Sr. Vereador Luís Rodrigues a fazer muito bem o seu papel da oposição e nós temos de fazer o nosso, que é desmascarar quando achamos que estão a ser utilizadas manobras para criar factos políticos. Não apresentaram e não estão interessados em apresentar nada e provavelmente não pôde ir e

mandou alguém em sua substituição. Apresentou-se aqui o Sr. Arq.º Paulo Pisco. Quer dizer o PSD estava interessado em assistir ontem àquela sessão o Sr. Arq.º Paulo Pisco apresentou-se para ir, mas alguém lhe chamou à atenção que era para eleitos das juntas, câmara e assembleia. Não é verdade que não vieram, porque não havia a discussão em sede própria. Não é verdade, o PSD mandou alguém.
Em relação à intervenção do Sr. Vereador Fernando Paulino fica-lhe muito bem estes chavões, é a altura disso, e não dizer que é o candidato para vir perder eleições – também o candidato do Bloco de Esquerda o que quer é ganhar a Câmara, não sejamos ingénuos –, mas fazer uma intervenção a dizer que no próximo mandato seja quem for que esteja a mandar, seja o PS, e a seguir disse a CDU e se esta ganhar se compromete com este Plano Estratégico. Ora bem, o PS teve algum Plano de Desenvolvimento Estratégico? Foi a CDU que o mandou fazer e se o fez é porque está interessada em que aqui haja um Plano de Desenvolvimento Estratégico e que não se aprovem coisas pontuais, desgarradas, desorganizadas, tal como acontecia no passado. E mais, o Sr. Vereador Fernando Paulino ontem ouviu-me dizer que quem fez o Plano de Desenvolvimento Estratégico foram os funcionários da Câmara Municipal. Na sua intervenção podia-se deduzir ou ficar a dúvida, para quem não esteve lá ontem, de que veio uma equipa externa e foram eles que fizeram o plano, embora trabalhem bem. Fiz essa ressalva ontem, nós sabemos o que queremos desta cidade, o que tem para se trabalhar e quais são as suas potencialidades. Há uma equipa externa a trabalhar com a nossa equipa e que com o ponto de vista externo e estratégico pode ajudar a nossa equipa que está cá todos os dias a despachar processos, a saber o que é que se quer e o que os políticos querem fazer. A equipa externa esteve cá durante três anos e traziam ideias feitas e nós respondemos que Setúbal não é bem assim, é de outra maneira, não tem de ter paradigmas de outros concelhos. Não é "chapa cinco", cada concelho tem as suas características e a sua história. Se os dedos de cada mão são diferentes, muito mais serão os concelhos. Quando começaram cá a trabalhar, foram os nossos técnicos, chefiados pela Sra. Diretora de Departamento, Arq.ª Rita Carvalho, ou pela Sra. Dra. Maria do Carmo que era a antiga diretora, com o Sr. Arq.º Travassos, com uma série de técnicos fantásticos. O Sr. Diretor do Desporto faz parte da comissão, a Diretora das Obras Municipais também, e outros, e todos eles andaram meses e meses a ir aos sítios, mostraram e disseram como é que se fazia na inclusão social ou noutras áreas, até que fizeram o documento final que foi começado a apresentar em maio e foi ontem apresentado aos eleitos, porque pedimos só para estes, para terem uma perceção mais intimista. Para o público em geral vai ser na quinta-feira, depois de algumas alterações que fizeram ao Plano Estratégico. Fomos e somos nós que sabemos o que queremos e não precisamos de afirmações públicas a dizer que nos comprometemos para o futuro em fazer isto. Fomos nós que mandámos fazer e estamos cá a dizer o que queremos para a cidade. Quando pomos à discussão e à vossa consideração é sempre no sentido de haver mais contributos uma vez que têm outra visão das coisas. Aquilo que o Sr. Vereador Paulo Lopes disse é verdade, colocou uma questão extremamente importante quanto ao Plano de Mobilidade e que está a ser vista do ponto de vista técnico. É isso que queremos e por isso pomos à discussão e tal como não podia deixar de ser.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Ainda não percebi uma coisa, afinal o que é que são os eleitos? Quem é que foi convidado a estar?

Sra. Presidente – Foram convidados a estar a Câmara, a Assembleia e as Juntas e Assembleias de Freguesia.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Agradeço as palavras e a seriedade com que estes assuntos são debatidos, porque são muito importantes. Todos nós aprovámos a elaboração destes documentos.
Deve ter havido um lapso do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes quando se refere aos eleitos da autarquia, não é daí, é dos eleitos das autarquias e isso é uma grande diferença.
Com a autonomia, independência e competências próprias dos órgãos, com certeza que com isto não se quer limitar, antes pelo contrário, a discussão com os eleitos, claro que sim. Nunca

me furtei a discussão nenhuma, quando fui convidado pela Sra. Presidente para estar em várias reuniões para discutir fosse que assunto fosse sempre dei o meu contributo e disso não posso ser acusado. Sempre fiz o trabalho de um vereador da oposição e isso não quer dizer ser contra. Dei contributos em todos os trabalhos que são desenvolvidos na Câmara.
Quanto às últimas palavras da Sra. Presidente não sei se não denunciam os tais tiques, o que é verdade é que disse "os nossos técnicos e as nossas opiniões". De quem, da CDU, do PCP e de "Os Verdes"? Não sei a quem se estava a referir.

Sr. Vereador Pedro Pina – Da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Por isso mesmo é que exijo que os documentos sejam discutidos por nós e pelos técnicos que não são da CDU e nem de lado nenhum, são de todos. Os técnicos propõem e os documentos são de todo o executivo municipal e discutidos com todos os eleitos e a população, de outra forma não entendo. Nunca disse que não devem ser discutidos com ninguém, pelo contrário, digo é que deve ser de uma forma diferente em que todos nós damos opinião sobre o trabalho dos "nossos" técnicos e não dos "vossos" técnicos. Entendo que a Câmara e o concelho merecem de facto ter documentos, estudos, planos estratégicos para o futuro, mas desta maneira não. Há melhores formas de todos participarem de forma mais plena, correta, responsável e participativa.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador entendeu muito bem quando eu disse "os nossos", não são os tiques de Passos Coelho. Os nossos são os da Câmara Municipal e toda a gente entendeu assim, mas se calhar não são é da vossa câmara e felizmente nunca serão.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Nem todos os autarcas foram convidados a estar presentes, sei que da parte do PSD houve eleitos de assembleia de freguesia que não foram convidados a estar presentes. Isso eu sei e daí as minhas questões, isto não correu bem.

Sra. Presidente – A indicação foi para serem todos os autarcas, tanto que estava um membro das assembleias de freguesia do PS, pelo menos da de São Sebastião, como o Sr. Vasco.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Só queria esclarecer uma coisa, nunca pus em causa que a CDU faça questão de implementar o Plano Estratégico. O que perguntei foi se esse compromisso estava implícito com as outras forças políticas, para o futuro, e mais nada. Das palavras da Sra. Presidente deu-me e entender que havia uma apropriação das equipas municipais, mas sei que não pensa assim e nós também não.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador Fernando Paulino que não vá a reboque disso que só se queima, ou já estão queimados com isso.
Entendo que queira ser o presidente da câmara, mas ainda não é desta, tem de ser para a próxima.

Sr. Vereador Fernando Paulino – É uma vontade que não depende de nós.

Sra. Presidente – Claro que sim, mas o Sr. Vereador é que o afirmou.

Sr. Vereador Pedro Pina – Sinceramente acho que há uma situação que impõe, saber quais as perguntas que quer o PS quer o PSD dirigem à maioria CDU. Objetivamente não consigo fazer outra interpretação a não ser: "mas que chatice a CDU ter agora constituído estes dois planos". Aproveito para fazer um parêntesis ao Sr. Vereador Luís Rodrigues sobre a ausência na reunião de ontem, previamente informada aos eleitos, e perguntar-lhe se tem o entendimento de que, no sentido alargado do termo, se temos eleitos de primeira e de segunda. E se por acaso entende que os eleitos das juntas e das assembleias de freguesia são eleitos de primeira ou de segunda,

e se não considera que estes, com a preocupação e o seu olhar não dão uma contribuição importante? Acredito que sim e certamente que já teve oportunidade de estar em algumas apresentações e ver isso nos estudos. A propósito disto também percebo a ausência do PSD porque sobre a inclusão social responde IMI, assim como sobre a sustentabilidade, a visão estratégica ou o desporto. Percebemos que não é fácil ao PSD, nem ao Sr. Vereador Luís Rodrigues, até porque tem outras responsabilidades, se sentir confortável, até ao representar duas forças partidárias que ao que parece o IMI será só numa tonalidade e não será conjugável. Relativa ao PS, até à construção da famosa geringonça era liderado pela Juventude Socialista que punha sistematicamente nas redes sociais daquilo que era a sua visão estratégica. Depois da constituição do governo perguntamos o que é que o PS tem como visão para Setúbal e este responde que vai chamar o Sr. Secretário de Estado para ele dizer o que pensa. O mesmo se passa com o emprego e com os candidatos locais, portanto compreendo a dificuldade que as forças políticas do PS e do PSD/CDS têm quando falamos de planos estratégicos e se confrontam com esta disponibilidade. Os contributos do Sr. Vereador Luís Rodrigues certamente seriam importantes para a discussão e lamento-o, mas compreendemos que é difícil estar nesta forma franca e aberta de fazer as coisas. Primeiro, a aceitação de que há muito por fazer, depois, de que muito foi feito e que a governação da CDU transformou o panorama do concelho, e que a discussão é participada, é de todos e de todas, são parte ativa. Da parte de toda a equipa que tem construído este plano tem desencadeado todos os meios para que todos possam participar, conforme o que dissemos ontem, que estamos a falar de uma agenda que se constrói. Tivemos todos a oportunidade de ouvir questões muito interessantes sobre muitas e diferentes matérias, mas acima de tudo se saber que é uma agenda aberta, para ser construída por homens e mulheres, com contributos que vêm de fora e com os dos técnicos da câmara. Creio que todos os eleitos aqui se revêm na competência dos nossos técnicos dos mais diferentes departamentos. É uma agenda aberta que também acolhe e acolherá o que as transformações naturais daquilo que é o desenvolvimento da sociedade e da cidade. Aquilo dá-nos hoje garantias de que pode, em função da trajetória dos acontecimentos, poder ser reequacionada.
Qual é que é de facto a questão? Terei obrigatoriamente de responder, é uma enorme responsabilidade em aceitar o caminho claro, concreto, objetivo, de Setúbal ter um futuro que constrói de uma forma séria, competente, com todos os setubalenses e azeitonenses, havendo de facto uma visão para a cidade.

Sra. Presidente – Quanto às informações é público que esteve cá na passada sexta-feira o Sr. David Chow, da Macau Legend. Tivemos uma reunião de trabalho acerca do processo que está em curso, da intenção de colocar um projeto de interesse nacional no governo e nas entidades competentes. A intenção do grupo é de alargar um pouco o território de intervenção, começando no Cais 3, estendendo-o sensivelmente até à DocaPesca. Vieram uma séride de elementos neste grupo, arquitetos, advogados, pessoas que estão na parte financeira do grupo e um representante do governo chinês. Foram visitar o Pavilhão Antoine Velge, que eles ajudaram a patrocinar com obras de melhoramento para o andebol. Isso já é do conhecimento público, porque saiu na comunicação. A equipa começa a trabalhar a meio de maio, vão sediar um grupo de trabalho para a alteração ao Plano de Pormenor, projeto de impacto ambiental, e ver o que é possível fazer e só com pessoas no terreno é que virão.
Também é do conhecimento público, através da comunicação social, de que na próxima sexta-feira virá cá, a convite do PS, a Sra. Secretária de Estado do Turismo, participar numa ação de campanha. A campanha da CDU também vai convidar a Sra. Secretária de Estado para participar numa discussão sobre o Turismo com a Macau Legend. A Sra. Secretária de Estado é de todos os portugueses. Se o PS a convidou, a CDU também tem o direito de a convidar. Tanto mais até porque nós somos da geringonça e até gostamos dela e não irá recusar até porque tem vindo a várias coisas da Câmara.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Só para precisar acerca disso e endereçar o convite a todos, é no Hotel Esperança. Isto não é uma iniciativa de campanha, porque já estamos a fazer estes eventos desde o fim do ano passado, e já levámos figuras independentes como os Srs.

Professores Viriato Soromenho Marques e Eugénio da Fonseca, a diretora da Segurança Social, etc.. Não havendo dúvidas que seja uma militante de um governo fica-se inibido só por isso?

Sra. Presidente – Claro que não.

Sr. Vereador Paulo Lopes – É fundamental, numa perspetiva de aprofundar a democracia e aproximar os nossos governantes àquilo que são os cidadãos. Fizemos várias iniciativas, continuaremos a fazer. O que quero frisar, e a sério, a Sra. Presidente pode ter ido ao engano de uma notícia. A Sra. Secretária de Estado não vem cá falar sobre nenhum caso em concreto nem sobre o investimento macaense.

Sra. Presidente – Mas isso estava na notícia.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Na notícia de "O Setubalense" não estava de certeza, faço repto que vejam se está lá isso. No "Diário da Região" é que está. A Sra. Secretária de Estado vem cá numa perspetiva de termos um guião de falar sobre turismo, numa perspetiva nacional, e depois vamos ter mais dois oradores que irão falar numa perspetiva mais local. Nunca e em caso a Sra. Secretária de Estado vem para falar de algum projeto de Setúbal, vem falar do que entender. Obviamente nós não controlamos a matéria e há de ser temas que a assistência colocar. Não vem cá tecer qualquer tipo de comentário, até porque pelas palavras da Sra. Presidente foi no que estão a começar a trabalhar. Se tal como a Sra. Presidente diz que não há uma coisa formal no governo, portanto, nenhum governante se pode pronunciar sobre uma coisa que não existe. Só queria retificar que não é sobre a Macau Legend, é sobre o Turismo e sobre Setúbal. Não quis reagir há pouco ao Sr. Vereador Pedro Pina, porque não merecia a pena, mas já que tomei a palavra, teceu comentários sobre estes eventos do Partido Socialista. Eu não sei quem vai ser o candidato da CDU, porque ainda não foi tornado público, não sei se vai ser algum vereador daqui penso que seja a Sra. Presidente, mas quase parecia que seria o Sr. Vereador Pedro Pina, enfim, o futuro o dirá, agora ou mais tarde, mas o Partido Socialista orgulha-se muito dos governantes que tem e sempre que tivermos oportunidade de trazer governantes à cidade para poder explicar o projeto que este Governo está a desenvolver, iremos fazê-lo. É uma prática comum dos partidos políticos a de trazer elementos de ordem nacional, o Partido Comunista penso que também traz os seus dirigentes nacionais a Setúbal e a outros concelhos. Nós continuaremos a fazê-lo e se a Sra. Secretária de Estado decidir vir a convite da CDU, ainda bem, se calhar vai ter a companhia do Partido Socialista local pois também fazemos questão de acompanhar os dirigentes nacionais sempre que estão em Setúbal pois é uma maneira também de os fazer sentir bem-vindos para que venham mais vezes a esta terra. Fazemos sempre lóbi por Setúbal, sempre, todos os dias.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A Sra. Secretária de Estado vem como secretária ou como militante do PS e certas vezes como secretária de Estado, é porque já se viu um debate em que disseram que a senhora era técnica superior. Não disse a sua função e se é militante socialista.

Sr. Vereador Paulo Lopes – É militante socialista, mas não vem discutir problemas da Câmara Municipal como é óbvio nenhum governante se imiscui em problemas locais, nesta câmara, no distrito ou no País.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Não respondeu à pergunta, vem na qualidade de militante do partido onde exerce as funções ou vem como Secretária de Estado formal e oficialmente convidada enquanto tal? É isso que quero saber e mais nada.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O convite foi pessoal, não foi feito um convite ao Ministério da Economia para vir cá. Quem faz esses convites é a Câmara Municipal, como é óbvio. Nem sei porque é que isto é assunto e nem percebo o vosso incómodo.

Sr. Vereador Pedro Pina – É por uma coisa simples, é que o Governo e os governantes não podem estar ao serviço de uma força partidária, essa é a questão. Percebo a vossa dificuldade, mas a questão é clara e óbvia, e vou dar-lhe um exemplo. De facto, temos percebido o interesse e o entusiasmo do governo do Partido Socialista apoiado e suportado na geringonça, de facto, vir a Setúbal, é uma questão que tem sido notória e recorrente e congratulamo-nos por isso. Da parte da Câmara Municipal temos aberto as portas das mais diferentes formas, mas a pergunta que se impõe, e face às notas da comunicação social, essas iniciativas do Partido Socialista, porque não estamos a falar de dirigentes nacionais, não estamos a falar do secretário-geral adjunto não estamos a falar do presidente do Partido Socialista, não estamos a falar do presidente da federação. Estamos a falar de governantes que se vêm disponibilizar à estrutura local para discutir os problemas. Aquilo que a Sra. Presidente estava a dizer é que o governante está ao serviço do país e tem a mesma disponibilidade para discutir os temas com a sua estrutura, o Partido Socialista, mas com qualquer outra estrutura ou entidade. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a configurar uma sátira de Jean-Baptiste Poquelin, para abreviar Molière, em que parece estarmos aqui a caricaturar uma ideia de que estão muito preocupados em discutir aqui esta relação local. Percebemos, de facto, as vossas dificuldades em ter uma visão, e, portanto, têm que se suportar naquilo que são as ações do governo suportado no Parlamento pela geringonça para conseguir ter o mínimo de capacidade de apresentar ou suportar uma ideia, porque o Partido Socialista local não tem uma para a cidade de Setúbal, senão há de ter oportunidade para as dizer mais isso será mais à frente.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Há um ano atrás quando o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, veio a Setúbal numa iniciativa política não vi o senhor vereador queixar-se. Pelo contrário, até a senhora presidente assumiu que teve um encontro para entregar um dossiê sobre uma determinada matéria. Então o senhor ministro por ser ministro agora não pode também fazer política. Os senhores querem condicionar o quê e porquê? Qual é o receio que o Sr. Vereador tem?

Sr. Vereador Pedro Pina – Está enganado, foi uma reunião do Conselho de Ministros realizada, não foi uma iniciativa do PS.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não, não foi! Foi um evento partidário em que o primeiro-ministro veio, como é normal que militantes socialistas que ocupam cargos participem na vida do seu partido. O senhor está preocupado com isso, não sei porquê, acho que devia até estar satisfeito de o Partido Socialista trazer com alguma regularidade decisores políticos à nossa cidade, isso preocupa-o, já percebi, e até vou utilizar uma palavra de uma expressão da Sra. Presidente "habitue-se".

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não sei se a geringonça no seu melhor e quem é que apoia quem, mas isto é o retrato infelizmente do que temos. Queria dizer ao Partido Socialista e a todos os presentes que não há nenhum problema em dizer que todas as iniciativas nesta altura são pré-campanha, estamos a menos de seis meses. É normal, não há nenhum problema. Ainda bem que o Partido Socialista promoveu essas tertúlias, encontros em tempo e continua. Já agora agradecia ao meu colega e dirigente do Partido Socialista, porque para mim é importante enquanto vereador nesta câmara e agradecia, já que a Sra. Secretária de Estado vem cá e porque não vou estar nesse encontro, porque não quero, mas seria importante o senhor presidente da secção perguntasse à Sra. Secretária de Estado, ou à senhora militante que é Secretária de Estado, em que pé é que está este processo de Macau. É um pedido que faço, se o Partido Socialista quiser fazer essa pergunta para ela responder publicamente.

Sra. Presidente – Mas eu já disse que não. Menti em alguma coisa?

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não, mas da outra vez quando se falou nisto não sabia se já tinha havido contactos.

Sra. Presidente – Uma coisa é haver contactos e outra é ter o processo lá dentro.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – A minha pergunta é se além dos contactos já há mais alguma coisa, se o Governo está aberto a isso ou não. Acho importante, mas pode não haver nenhuma resposta.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – É parlamentar que o Sr. Vereador Luís Rodrigues, em primeira mão, tenha ganho este debate nos seus objetivos, conseguiu que todos ocupássemos muito mais tempo com coisas absolutamente fúteis. Foi uma discussão de coisas inúteis para nos desconcentrar da ação estratégica. Parabéns, ganhou, perdemos muito tempo com isso.
Quero manifestar o receio do abuso de concentração da ação governativa na sequência desta projeção de Setúbal que se tem vindo a fazer e que se projeta para o futuro, colocando-a no mapa, começo a ficar preocupado com a absorção da atenção governativa, porque se o Partido Socialista convida para este e para aquele tema um membro do governo. Se na mesma lógica e com o mesmo interesse e atenção da governação nacional, a CDU vai convidados membros do governo para estas coisas não se tiram de cá e o resto do país fica sem governo. Isto é preocupante, é toda a gente a olhar para Setúbal e o Governo virado para cá. Temos de equilibrar as coisas. Agora o que a Sra. Presidente diz é verdade, se os governantes correspondem aos apelos da estrutura partidária também terão que, enquanto governantes, vir no sentido certo. Não nos façam ter de fazer, e a expressão é mal utilizada aqui e no plano político, "*flik flaks*". Desiludido por não dito, retomar posições, como aconteceu com a Sra. Ministra do Mar. Não deixamos o governante bem. Veio cá numa iniciativa partidária, lançou algumas afirmações. Isto devia ter acontecido no PCP e no PSD, noutro qualquer, mas se uma governante vem a uma estrutura partidária local e se pronuncia sobre um tema que ainda está em desenvolvimento e que não tem passos formais ainda dados é capaz de ter a tendência de dizer aquilo que é mais agradável aos ouvidos dos correligionários do seu partido. Aconteceu que depois das suas funções governativas acabou por ter de assumir a posição mais realista. Depois das afirmações que vieram para os jornais lançando dúvidas sobre o projeto Macau, todos vimos isso, a Sra. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da APSS publicamente assumiram um compromisso perante este projeto e as ações a desenvolver para fazer o caminho correto, portanto, a atitude do governante acabou por ter que vir. Não foi dito assim, o destaque da imprensa é que se calhar não foi o mesmo a este ato importante que foi o ato oficial e institucional de compromisso de atitude perante a possibilidade de um grande investimento que está aqui em desenvolvimento. O destaque na comunicação social pode ter sido mesmo dado às dúvidas levantadas tais como as do Sr. Vereador do PSD, Luís Rodrigues. Quando as coisas começarem a ser feitas vai dizer que isto vai demorar muito mais tempo do que diziam, e quando estiver feito vai dizer que devia ser mais ao lado. Já sabemos que é assim. A Sra. Presidente acaba de informar um facto importante. Manda abaixo estas dúvidas sobre se está a acontecer ou não está, sabemos que há projetos e estudos a fazer. Nos procedimentos da administração pública portuguesa, de acordo exatamente com os compromissos iniciais do memorando de entendimento são demorados. Os projetos estão a ser feitos, não estão lançados. A Sra. Presidente acaba de informar e parece que não ouvimos. O investidor deslocou-se propositadamente a Setúbal confirmando a intenção e o interesse do projeto, anunciando prazos para as questões formais, dizendo que entrega o projeto de interesse nacional. Se o Partido Socialista tiver uma iniciativa em que uma secretária de estado diga aquilo que é verdade e fizer um mau trabalho, basta dizer que não entrou nada e esse é o título do jornal. Mas quem é que está a dizer que entrou alguma coisa? Mas que diga o resto pois não ajuda ninguém. Este tipo de dúvidas sistemáticas, porque não somos da mesma cor política, não é consenso estratégico.
Voltando ao início da discussão, é preciso termos coerência em tudo o que fazemos para ver se temos vontade de participar no interesse estratégico da cidade, os nossos comportamentos, mesmo partidários, têm que ser consentâneos com essa vontade porque senão perdemos tempo infinito nestas discussões de lana-caprina para lançar dúvidas e tentar desmontar as coisas. Queremos todos que aconteçam coisas importantes para a cidade ou não? Se queremos que aconteçam "não fugimos para trás". Se queremos que aconteçam não façamos os governantes

com responsabilidades institucionais, por aquilo que podem dizer no momento e serem tidos como os que lançam as dúvidas sobre as coisas, como aconteceu precisamente com a Sra. Ministra do Mar. Isso aconteceu. Os correligionários do Partido Socialista deviam lamentar aquilo que aconteceu, aquilo que apareceu na imprensa foi lançar uma dúvida e prejudicar. Como é que era possível a marina? E foi prejudicar a navegação e o Porto de Setúbal. Não têm noção do que foi lançado para a opinião pública? E acham que isso foi benéfico para a própria ministra, para o governo, ou para o projeto de desenvolvimento de Setúbal? Não podemos somar à conta da soma dos ganhos partidários, é preciso ser coerente. Se é o interesse estratégico de Setúbal não se criem condições e meias-verdades que acabam por lançar dúvidas nos projetos. Não façamos este "puxa atrás". Coloquem as questões pertinentes à Sra. Secretária de Estado, certamente ela dará uma resposta enquadrada. Se colocarem as questões de atrapalhação certamente que dirá: "mas já entrou, já foi registado?". Se fosse lá o Sr. Luís Rodrigues perguntava que data e hora estava no carimbo de entrada do projeto do PIN. O título do jornal seria: "não entrou o projeto do PIN", e isso é andar para trás, atrasar os projetos e a vontade de desenvolver Setúbal. Não façam isso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Para fazer um ponto da situação sobre tal projeto não é preciso vir cá a Sra. Secretária de Estado do Turismo. A Sra. Presidente acabou de tirar qualquer pressão ou dúvida que pudesse haver para o próximo evento de sexta-feira. Foi muito clara e disse que neste momento formalmente está-se a preparar um processo de PIN para dar entrada, portanto não existe nada em termos de objetivos para alguém se pronunciar sobre o que quer que seja. Daí e para não seguirmos uma narrativa que o Sr. Vereador está preocupado, da nossa parte aquilo que a Sra. Presidente disse basta, está respondido. Se alguém quer fazer parangonas de jornal está aqui a resposta, escusa de perguntar à Sra. Secretária de Estado. Dois dias antes esvaziou-se esse momento, está aqui a resposta.
Em relação aos governantes virem ou não, como pode imaginar sempre que um governante vem à minha terra fico satisfeito. Primeiro porque aos que não conheço permite-me conhece-los. E os que conheço permite-me falar e trabalhar um pouco com eles e falar daquilo que acho que são as necessidades de Setúbal para ver se consigo melhorar, também fazer o tal lóbi positivo sobre a minha terra. Mas, acima de tudo, não vamos também a cair na versão de que a oposição é que tem a ganhar com isto. Posso também fazer leitura completamente inversa, sempre que vai um ministro inaugurar uma obra a uma câmara municipal, e já vieram aqui alguns ministros e secretários de Estado participarem em ações da Câmara Municipal de Setúbal, vou dizer que eles estão a fazer campanha pela CDU?

Sra. Presidente – Uma coisa tem a ver com a outra?

Sr. Vereador Paulo Lopes – É óbvio que não! Quando vem um ministro participar na Cidade Europeia do Desporto, esteve cá o Sr. Ministro da Educação, penso que foi no encerramento e que lhe transmitiu, com certeza, aquilo que entendeu transmitir, de achar que foi uma boa iniciativa e correu bem então isso é estar a fazer campanha pela CDU? Não vale a pena entrar nesta tentativa de condicionar as nossas iniciativas, porque sinceramente acho que isto é algo que não faz sentido nos dias de hoje e muito menos de um partido como o Partido Comunista.

Sra. Presidente – Há aqui um fosso muito grande, ou seja, não tem comparação uma relação institucional e uma relação partidária, estamos aqui a tapar o sol com a peneira? Queremos aqui os governantes, convidamos sempre todos os governantes, sejam eles quem forem e nós temos boas relações com quem for, é nossa obrigação. Foram votados por alguém assim como nós. Sejam governantes do PS, do PSD, ou seja, de quem for nós recebemos sempre bem toda a gente, agora não venha a baralhar a intervenção. Não é o mesmo dizer que quando a Câmara convida alguém é o mesmo do que ser a CDU. Peço desculpa, mas se uma secretária de Estado, ou quem for e com esse título vier participar numa ação do Partido Socialista, imediatamente, e hoje já está a ser preparada uma carta. Isto apesar de eu gostar muito dela, pois ajudámos a fazer parte do governo e por isso também gostaríamos muito que estivesse nas nossas ações

da CDU, campanha ou pré-campanha. Como diz o Sr. Vereador Luís Rodrigues, está tudo em pré-campanha, não sejamos ingénuos. Se vier como Secretária de Estado também temos o mesmo direito, e se vem nessa qualidade é de todos os portugueses. A CDU gostava de a ver numa ação nossa a falar de turismo. Se a militante, a Sra. Dra. Ana Mendes Godinho, vem nesse estatuto não tenho nada a ver com isso. Se vem como militante, porque é que no jornal vem como secretária então têm de ver com o jornal. Só isto. Se é uma especialista em turismo e se vem na qualidade de militante era o que mais faltava era a pessoa estar impedida, na sua área profissional, no seu *know-how*, naquilo que sabe. O Sr. Vereador sabe o que estou a querer dizer. Se vem como Secretária de Estado a uma iniciativa do PS vou convidá-la para uma iniciativa da CDU, porque ela sabe de turismo e já falámos muito acerca disso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Acabei de dizer que ela vem na qualidade, não de Secretária de Estado. Já sei que o intuito é o de condicionar, pois condicione à vontade.

Sra. Presidente – Se ela diz que não vem na qualidade de Secretária de Estado então está tudo respondido.
Na outra campanha lembra-se quando estava o Sr. Ministro Eduardo Cabrita, que estava no Tesouro. A candidata era a Sra. Arq.ª Teresa Almeida. O passeio que ele fez aqui enquanto ministro achei uma vergonha. Cruzei-me com ele na Praça de Bocage e vieram vários ministros apoiar a senhora arquiteta. Fazem todos a mesma coisa.

Sr. Vereador Paulo Lopes – São militantes do distrito e vêm apoiar uma campanha e a Sra. Presidente diz que vêm na qualidade de ministros?

Sra. Presidente – Estou a dizer que sim.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Então eu digo que não.

Sra. Presidente – E o PSD é igual, por exemplo quando esteve Assunção Cristas e isto não pode ser. As forças partidárias é que não estão nem para aí viradas, mas acho que isto tem que ter alguma decência, porque os ministros ou secretários de estado, enquanto isso, são de todos portugueses.
Em relação à Macau já respondi que houve contactos, houve reuniões, houve uma carta e não há processo entrado, acho que até por sugestão do assessor para a economia do Sr. Primeiro-Ministro. Falei com ele e com alguém da Macau Legend e eles já têm o PIN quase elaborado e vêm agora para o terreno para acabar de concretizar só depois disso é que entrará no governo.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a seguinte moção, "157.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11:
"*A história de Setúbal, nascida do rio e do mar, remonta ainda aos primórdios da pré-história, aquando das primeiras ocupações humanas da região. Com efeito, foi na idade média, mais concretamente a 12 de março de 1249, que Setúbal recebeu foral, concedido, então, pela Ordem de Santiago. Durante os séculos seguintes a então vila de Setúbal desenvolveu-se sobretudo com base em diversas atividades económicas, ligadas especialmente à indústria naval e ao comércio marítimo, tendo em 1525 sido agraciada, por D. João III com o título de "notável vila".*
Após o conturbado século XVIII, onde ainda a vila sofreu particularmente com o terrível impacto do terramoto de 1755, apenas no Século XIX, Setúbal iniciou a recuperação da sua prosperidade e do seu progresso socioeconómico que, entretanto, perdera. A chegada do caminho-de-ferro foi um fator preponderante nessa recuperação, alavancado consigo novos investimentos nomeadamente obras de aterro sobre o rio e a construção da Avenida Luísa Tody, tudo isto a juntar à emergência das primeiras fábricas de conservas de sardinha, ao mesmo tempo que ganharam fama as laranjas e o moscatel de Setúbal.

Como consequência deste novo fôlego socioeconómico, Setúbal vê a sua população crescer progressivamente, tendo todo este desenvolvimento sido também reconhecido com a elevação a cidade, a 19 de Abril de 1860 por D. Pedro V, data que hoje assinala o seu 157º aniversário.
O florescimento de Setúbal consolidou-se durante o século XX, e reflete-se na elevação da cidade a capital de distrito já no decorrer da 1.ª República, corria o ano de 1926. Um florescimento que se traduziu na criação de novos espaços urbanísticos e no desenvolvimento das indústrias conserveiras, dos adubos, dos cimentos, da pasta de papel, naval e metalomecânica pesada e que, alguma delas, ainda hoje subsistem e se afirmaram como polos geradores de riqueza e emprego local.
Evocar a efeméride da Elevação de Setúbal a cidade é, portanto muito mais do que celebrar o estatuto em si. É celebrar a cidade, os seus encantos, tradições e costumes. É celebrar as suas gentes e todas as gerações que aqui nasceram, viveram ou que por aqui passaram. É cumprir a vocação metropolita de Setúbal e exibir com orgulho o cartão-de-visita desta nossa eterna e única urbe sadina."

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Leu a seguinte moção, "157.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade, 19 de Abril", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12:
"Setúbal, bem antes de assim ser designada, foi sempre um dos lugares singulares na geografia da Europa: os achados arqueológicos comprovam esse reconhecimento. Desde a antiguidade a sua história é fecunda em sucessos que colocam Setúbal em destaque, enquanto lugar político, social e económico, antes e depois de Portugal firmar a sua identidade e nacionalidade.
É sempre de recordar que no primeiro passo para uma globalização como hoje a conhecemos quando, no dizer de Camões, Portugal dava novos mundos ao mundo com Castela a seguir o seu exemplo, a linha imaginária em que os reis dos dois países dividiram o mundo, o conhecido e o por descobrir, que flutuava de oeste para leste em consonância com os interesses dos dois países, acabou fixada no Convento de Jesus, em Setúbal, onde se ratificou o Tratado de Tordesilhas, o que sublinha a importância que à futura cidade o poder em Portugal lhe reconhecia.
Decorreram vários séculos desde esse evento até Setúbal ser elevada a cidade, em 1860 por D. Pedro V, quando a outorga desse estatuto só tinha sido concedida a algumas poucas dezenas de povoações, o que a coloca entre as cidades mais antigas e nobres de Portugal.
Ao longo dos séculos viveu Setúbal vários ciclos de grande prosperidade económica. Venceu várias crises que a afetaram, com realce para a provocada pelo terramoto de 1755.
Esteve sempre na frente de batalhas pela afirmação e independência de Portugal, sendo heroicos os seus combates contra o domínio filipino.
Foi cenário de várias lutas pela democracia e a liberdade em que se deve lembrar a sua participação na implantação da República e na Revolução do 25 de Abril.
São muitos os marcos da sua longa e brilhante história, motivos de orgulho para todos os que aqui nasceram e também para os que a escolheram para aqui residirem.
Setúbal é também uma cidade de cultura. Na história das artes e das letras portuguesas, figuram setubalenses entre os maiores de que se devem referir, sem esquecer nenhum dos outros, Bocage e Luísa Todi.
A suas belezas naturais e edificadas, cuidadas e transformadas ao longo de séculos pela mão do homem, são justamente celebradas tanto nacional como internacionalmente.
É um património material e imaterial impar. Um legado que a Câmara Municipal de Setúbal, os seus vereadores e deputados municipais, eleitos por vontade democrática dos setubalenses e azeitonenses, enaltece neste dia em que se comemora a elevação de Setúbal a cidade, numa afirmação de que o tempo presente é todo o tempo passado mas também todo o tempo futuro.
Assumem a honra e a responsabilidade de trabalhar para que Setúbal se continue a afirmar nas cartografias de Portugal e do mundo como polo de atração económico, social e cultural e para

que a vida de setubalenses e azeitonenses encontre melhores condições de progresso em ambiente de profunda humanidade.
Esse é o nosso compromisso. O trabalho realizado amplamente comprova o empenhamento em honrar a memória coletiva de Setúbal, de que somos portadores por vontade popular, que se constrói e enriquece dia a dia."

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Quero associar-me a estas duas moções em nome do PSD/CDS.

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Leu a seguinte moção, "Comemoração do dia 1.º de Maio, Dia do Trabalhador", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13:
"Desde que homens e mulheres foram obrigados a vender a força de trabalho, a luta por melhores condições de trabalho, pela dignificação do trabalho imediatamente se iniciou. Longa e áspera luta que começou na antiguidade e continua nos dias de hoje. Luta em que os trabalhadores conseguiram dia-a-dia, palmo a palmo, conquistar direitos e melhores condições de trabalho com o objetivo último, ainda não alcançado, de acabar com a exploração. Lutas heroicas nos diversos e bem diferentes contextos históricos que a história regista e que tem sido celebrada nas artes e nas letras. Lutas sem sexo que homens e mulheres têm travado e continuam a travar no seu dia-a-dia, em milhões de dias. Lutas sem idade, em que homens e mulheres no fim do seu ciclo de vida, em que homens e mulheres na plenitude da sua vida e jovens recém-chegados ao mundo do trabalho travam lado a lado pela igualdade dos seus direitos. Lutas de milhares de heróis, anónimos ou conhecidos, que agora se celebram no 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador para que a memória não as apague numa afirmação da razão e da força dos trabalhadores.
1.º de Maio que continua em muitas partes do mundo a ser ferozmente reprimido como o foi em Portugal nos anos sombrios do fascismo. Um dia em que as reivindicações dos trabalhadores, nas muito diversas conjunturas económicas e políticas de cada país, se fazem ouvir para lembrar que, se muito caminho foi caminhado, há muito caminho ainda por caminhar na dignificação do trabalho, pelo direito ao trabalho, contra todas as formas da sua exploração.
No 1.º de Maio que Portugal vai comemorar em 2017, é de lembrar que foi pela tenaz luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos que, com sucesso, no meio de enormes dificuldades e num período de refluxo, se resistiu ao desmantelamento das leis laborais que no chamado período de ajustamento quiseram impor com uma brutal política de austeridade que atingiu a esmagadora maioria da população portuguesa.
Vive-se um novo contexto político, económico e social. O 1.º Maio que se vai celebrar tem outro significado, as reivindicações são outras. Continuam a ser fundamentais para que uma nova política seja possível. O 1.º de Maio continua e continuará a ser uma jornada de luta em que os trabalhadores se comprometem na defesa por uma vida melhor a que, com toda a justiça, têm direito.
No mundo, em Portugal, em Setúbal, a voz dos trabalhadores vai mais uma vez fazer-se ouvir, como se fez ouvir no passado e se fará ouvir no futuro. Será sempre diferente e sempre nova. Terá sempre a força da razão que une trabalhadores em todo o mundo e que o correr do tempo não desgasta.
A Câmara Municipal de Setúbal saúda o 1º de Maio, pelo seu significado histórico e pelo seu atual significado político, saudando todos os trabalhadores, em particular os trabalhadores setubalenses e azeitonenses que hoje, como ontem, sempre estiveram na primeira linha dessas lutas.
Viva o 1.º de Maio."

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Como é evidente associo-me à Comemoração do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, mas não me vou associar a esta moção.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a seguinte moção, "1.º de Maio – Dia Mundial do Trabalhador", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14:
"O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de maio, tem na sua origem a data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e na greve geral em todos os Estados Unidos, decorria o ano de 1886. Em Portugal, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1.º de maio no primeiro ano da sua celebração internacional, em 1890.
Mas o 1.º de Maio assume-se como mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, como mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações de defesa dos trabalhadores e ainda como mais do que o assinalar das primeiras revindicações de direitos laborais. O 1.º de Maio é celebração de um progresso e uma conquista civilizacional inalienável, o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são meros instrumentos descartáveis e substituíveis nas várias formas de indústria humana, mas, pelo contrário, são, acima de tudo, seres humanos, dotados de dignidade, humanidade e detentores de direitos e deveres inalienáveis.
Esta consciência coletiva da nossa humanidade enquanto trabalhadores, contrasta com as precárias e desumanas condições de trabalho a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Até aquele momento e até este dia que hoje celebramos, os trabalhadores apenas trabalhavam, depois desse dia tornou se inegável e visível a luta que travam pelo direito a trabalhar com dignidade e de serem mais do que uma mera máquina no seu trabalho.
A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional inalienável realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje tal como no passado se realiza, uma luta que persiste e existirá, enquanto o exigir o desejo de progresso da humanidade. Neste dia, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar na defesa de direitos e valores, que antes de laborais ou legais são valores humanos.
Celebrar o 1.º de Maio é prestar tributo a todos os trabalhadores, mulheres e homens que diariamente constroem, com as suas mãos e com o seu esforço, a nossa sociedade e o nosso futuro em todas as áreas do trabalho. É homenagear aqueles que lutam por dignidade e justiça laboral. É Saudar, de forma particular as mulheres que lutam por igualdade no seu trabalho. É saudar e louvar todas as jovens gerações que procuram agora o seu lugar no mercado de trabalho, e que lutam diariamente para permanecer no nosso país e aqui construírem dignamente o seu futuro."

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a seguinte moção, "43º Aniversário do 25 de Abril", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15:
"Este dia é um canteiro
com flores todo o ano
e veleiros lá ao largo
navegando a todo o pano.
E assim se lembra outro dia febril
que em tempos mudou a história
numa madrugada de abril,
quando os meninos de hoje
ainda não tinham nascido
e a nossa liberdade
era um fruto prometido,
tantas vezes proibido,
que tinha o sabor secreto

da esperança e do afeto
e dos amigos todos juntos
debaixo do mesmo teto.

E eis que o fruto prometido da liberdade, poeticamente descrito nestes versos de José Jorge Letria, chegou finalmente ao raiar do dia 25 de Abril de 1974 e ao som da intemporal "Grândola, Vila Morena" como música de fundo. "O dia inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio e habitamos a substância do tempo" como com aticismo descreveu Sophia de Mello Breyner. O primeiro dia da nossa madura e sólida democracia, e que ficará para sempre eternizado na história desta nossa, quase milenar, nação portuguesa como "A Revolução dos Cravos", que de forma pacífica e ordeira instaurou um regime democrático, livre e plural. O primeiro dia, de todos os que ainda hoje vivenciamos, em que foi o povo quem mais ordenou.
Mas celebrar o 25 Abril é muito mais do que comemorar uma histórica e indelével efeméride e evocar e prestar tributo a todos os que de forma direta ou indireta tornam possível a sua realização e lhe conferiram expressão constitucional. Celebrar o 25 de Abril é celebrar, hoje e sempre, os valores da liberdade e da democracia como esteios da nossa emancipação política económica social e cultural enquanto povo e enquanto nação e que nos afirmaram e fizeram senhores do nosso próprio destino. Celebrar Abril é celebrar as suas inalienáveis conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, o ensino público e universal, o Estado social público, o Poder Local Democrático, o sufrágio livre e universal, o salário mínimo nacional, a plena cidadania das mulheres, entre tantas outras inabaláveis e indeléveis conquistas.
Com efeito, a mundividência com que hoje nos confrontamos, lembra-nos, com assombro, que a liberdade e a democracia são valores que para muitos povos e nações não passam de um quimérico desígnio nem de um sonho distante e constantemente adiado, e que mesmo para aqueles, como nós, que respiram liberdade e democracia, jamais as podem considerar como conquistas eternamente adquiridas, nem deixar de lutar sempre pela sua suprema prevalência, enquanto paradigma universal de organização das sociedades. Assim, o tempo presente e futuro convocam-nos para um combate permanente pela afirmação e defesa intransigentes dos direitos, das liberdades e das garantias de abril, aquém e além-fronteiras, pelo progresso, pela justiça, pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade dos povos e das nações. Temos, portanto, de nos arrogar a assunção de protagonizar um projeto que nos torne capazes de conceber holisticamente a liberdade à luz do nosso tempo e da sua substância, em nome de uma sociedade universal liberta não só do estigma do medo, da ignorância, da pobreza e da cultura do imediato e do provisório, mas também do preconceito, do ódio, da intolerância, da insolidariedade, e que não se deixe, jamais, manietar pelo oportunismo populista dos nacionalismos isolacionistas, mas, pelo contrário, que seja centrado e tenha na dignidade e na condição da pessoa humana o alfa e ómega da sua razão de ser. Mas dificuldade do desafio nada nos deve atemorizar, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma magnanimidade, coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de abril forjaram um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático. Um horizonte que também passa impreterivelmente por Setúbal e pelas suas gentes, a "cidade sem muros nem ameias" das canções de Zeca Afonso, a cidade que é capital e dá nome ao distrito onde fica Grândola, a eterna vila morena e terra da fraternidade, a cidade de Bocage e da sua "querida e suspirada liberdade".
Solenizar, evocar e perpetuar o 25 de Abril é, portanto, honrar hoje, amanhã e sempre, em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo, a nossa história, a nossa memória e a nossa identidade coletivas, enquanto povo e nação senhores do seu destino. Porque afinal, como Emília Duarte eternizou na sua canção:
"Somos um povo que cerra fileiras,
Parte à conquista do pão e da paz.
Somos livres, somos livres,
Não voltaremos atrás."

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu a seguinte moção, "Comemoração do dia 25 de Abril de 1974, Dia Da Liberdade", ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16:
"São cada vez mais numerosas as gerações que nasceram depois do 25 de Abril ou que eram crianças quando o Movimento das Forças Armadas, impulsionado e imediatamente apoiado por um poderoso levantamento popular, restituiu a liberdade e a democracia a Portugal. Com felicidade viveram sempre em democracia. Os anos de ditadura são memória. As violentas condições de vida, a repressão, as prisões, a tortura são hoje parte da história. Dessas gerações nem todos conhecerão os seus lances mais dramáticos e mesmo os que os conhecem dificilmente imaginarão o ambiente que se vivia, o que era ser submetido às violências físicas e psicológicas que todos os que se opunham ao fascismo sofriam ou eram candidatos a sofrer. Essa é a grande vitória de todos os que lutaram para que os seus filhos e netos vivam agora em liberdade e democracia. A lei da vida é inexorável e um dia, cada vez mais próximo, não haverá ninguém para contar de viva voz a exaltação que atravessou Portugal no dia 25 de Abril que Sophia de Mello Breyner descreveu de forma extraordinária, com o poder da palavra de que os grandes poetas são possuídos:
Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo
Essa é a grande e funda alegria de todos os que ainda vivem e viveram aquele dia legando aos seus descendentes um país que lhes tinha sido negado.
O reverso são as múltiplas formas com que se tenta branquear a história de quarenta anos de fascismo, pervertendo-a e desvalorizando as lutas antifascistas, as forças políticas mais consequentes que, sem brechas nem fissuras, lutaram desde o primeiro minuto sem duvidar que "o dia inicial e limpo" seria alcançado, alicerçado no sacrifício das suas vidas, muitas delas brutalmente cortadas. Essa gente tem terreno fértil para lavrar os seus espúrios intentos. A democracia cumpre-se nas suas linhas essenciais, mas os direitos sociais e económicos estão fragilizados por políticas que durante quarenta anos se afastaram dos caminhos abertos pelas portas que Abril abriu. São muitas e reais as dificuldades que as novas gerações enfrentam e precarizam as suas condições de vida. Lutar contra essa situação real é o seu 25 de Abril.
É uma exigência dos nossos dias que se reafirmem os ideais da Revolução do 25 de Abril, não por uma qualquer nostalgia mas para que continue a ser luminosa a linha de horizonte que não desfaleça nem se extinga com o correr dos anos.
É uma exigência dos nossos dias que não se apague a memória dos anos negros do fascismo para que a história fique viva na memória de todos e seja um esteio do futuro.
É uma exigência dos nossos dias estar ao lado e com todos os que lutam para que o 25 de Abril se cumpra na totalidade das esperanças a que deu corpo e vida.
Fazer isso é dar conteúdo e força à palavra de ordem 25 de Abril Sempre! Palavra de ordem que a Câmara Municipal de Setúbal diz e dirá sempre bem alto e com convicção, saudando os capitães de Abril e todos os resistentes antifascistas."

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Quero perguntar acerca de um parágrafo que aqui está, se calhar até percebo, mas isso pode-me levar a votar contra se isto for assim ou se não for retirado. Não sei se o PS concorda. Diz na última página: "*a democracia cumpre-se nas suas linhas essenciais, mas os seus direitos económicos estão fragilizados por políticas que, durante 40 anos se afastaram dos caminhos abertos pelas portas que abriram Abril*". Ou seja, estes 40 anos são após o 25 de Abril. São de governos liderados por partidos democráticos, PS, PSD, CDS, por aí fora, se isto é assim não posso votar a favor, não sei se o PS irá fazê-lo. Posso ter lido mal, mas se assim for não posso votar a favor.

Sra. Presidente – Leu muito bem, Sr. Vereador, é mesmo assim, nem mais e nem menos uma vírgula. Durante 40 anos isto não seguiu os rumos para o que deveria ter sido os objetivos do 25 de Abril, ainda há muito por fazer. O Sr. Vereador deve concordar com isso. Se não vota tendo

em linha de conta este parágrafo, este é essencial para dizer exatamente quais são as nossas diferenças.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Como é óbvio a história diz isso, o Partido Socialista neste últimos 40 anos divergiu bastante daquilo que foi a opção política do Partido Comunista, pós-25 de Abril, no entanto, entendemos que são naturais estas tomadas de posições nas moções e iremos votar favoravelmente, apesar de não nos revermos nesta frase, mas iremos votar acima de tudo o espírito da moção, como temos feito todos os anos neste mandato, independentemente de concordarmos mais ou menos com uma ou outra expressão. Iremos votar favoravelmente.

Sra. Presidente – Não estar de acordo com esta expressão é dizer que o 25 de Abril não se cumpriu. Senão tantos jovens não teriam saído do País, não teriam emigrado e tanta coisa não teria acontecido. Digamos, uma vida mais feliz. É evidente que isto é fundamental que aqui esteja porque tem de haver diferenças, porque senão estávamos todos do mesmo lado.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

Sr. Vereador Pedro Pina – Para além de me rever objetivamente nesta proposta, é com pena que vejo que o Sr. Vereador Luís Rodrigues não trouxe uma saudação ao 25 de Abril, ao contrário do que aconteceu no ano passado e também trouxe uma sobre o 1.º de Maio.

Sra. Presidente – Recebemos uma carta da Caixa Geral de Depósitos a dizer que nos seus planos não está previsto o encerramento da agência do Faralhão. Vale a pena lutar.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

Índice

A) Período de Antes da Ordem do Dia
1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).*
2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.*

B) Período da Ordem do Dia
1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de abril de 2017.*
2. *Deliberação n.º 140/17 – Proposta n.º 33/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura "Otimização do Sistema de Saneamento de Setúbal", no âmbito do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.*
3. *Deliberação n.º 141/17 – Proposta n.º 34/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público com publicação no JOUE para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2017/2018, podendo ser prorrogável por mais um ano letivo.*
4. *Deliberação n.º 142/17 – Proposta n.º 35/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Azeda, Freguesia de São Sebastião.*
5. *Deliberação n.º 143/17 – Proposta n.º 36/2017 – DAFRH/DIGEF – Retificação à 1.ª Revisão ao Orçamento de 2016.*
6. *Deliberação n.º 144/17 – Proposta n.º 37/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª alteração ao Orçamento da Receita, 4.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.*

7. ***Deliberação n.º 145/17 – Proposta n.º 38/2017 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2016.***
8. ***Deliberação n.º 146/17 – Proposta n.º 39/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato e de Colaboração, a celebrar entre o Município de Setúbal e a "Associação Dress For Success Lisboa".***
9. ***Deliberação n.º 147/17 – Proposta n.º 04/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de São Luís da Serra.***
10. ***Deliberação n.º 148/17 – Proposta n.º 05/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festas do Senhor do Bonfim.***
11. ***Deliberação n.º 149/17 – Proposta n.º 06/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia.***
12. ***Deliberação n.º 150/17 – Proposta n.º 08/2017 – DOM – Empreitada "Estação Elevatória dos Combatentes e Coletores Afluentes" – Concurso Público - Adjudicação.***
13. ***Deliberação n.º 151/17 – Proposta n.º 09/2017 – DOM – Empreitada "Reabilitação do Convento de Jesus" – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto" – Concurso Público – Adjudicação.***
14. ***Deliberação n.º 152/17 – Proposta n.º 10/2017 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Brejoeira – Brejos de Azeitão – Rua do Pinhal, 17.***
15. ***Deliberação n.º 153/17 – Proposta n.º 11/2017 – DOM – Empreitada "Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo" – Concurso Público – Adjudicação.***
16. ***Deliberação n.º 154/17 – Proposta n.º 61/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.***
17. ***Deliberação n.º 155/17 – Proposta n.º 62/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao 35.º Concurso do Vestido de Chita da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense.***
18. ***Deliberação n.º 156/17 – Proposta n.º 63/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização de Festa em Honra do Senhor Jesus do Bonfim.***
19. ***Deliberação n.º 157/17 – Proposta n.º 64/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização das Festas do Novo Círio de Nossa Senhora da Arrábida.***
20. ***Deliberação n.º 158/17 – Proposta n.º 65/2017 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal – "Projeto Gralha".***
21. ***Deliberação n.º 159/17 – Proposta n.º 66/2017 – DCED/DIDES – Protocolo entre o Município de Setúbal e Federação Portuguesa de Rugby.***
22. ***Deliberação n.º 160/17 – Proposta n.º 67/2017 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura.***

C) ***Período Destinado à Intervenção do Público.***

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de abril de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Paulo Lopes, por não ter estado presente nesta reunião.

2. Deliberação n.º 140/17 – Proposta n.º 33/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura "Otimização do Sistema de Saneamento de Setúbal", no âmbito do Portugal 2020 – Associação de conta bancária

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 141/17 – Proposta n.º 34/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público com publicação no JOUE para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2017/2018, podendo ser prorrogável por mais um ano letivo**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 142/17 – Proposta n.º 35/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Azeda, Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 143/17 – Proposta n.º 36/2017 – DAFRH/DIGEF – Retificação à 1.ª Revisão ao Orçamento de 2016**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 a 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

6. **Deliberação n.º 144/17 – Proposta n.º 37/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª alteração ao Orçamento da Receita, 4.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

7. **Deliberação n.º 145/17 – Proposta n.º 38/2017 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2016**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 40.

Sra. Presidente – Leu a seguinte informação de explicação da proposta apresentada:
"*A prestação de contas que agora se apresenta é um documento extenso e repleto de informação que tenta retratar a atividade municipal em 2016, ainda que a realidade seja muito mais rica do que é possível relatar nestas páginas.*
O ano em análise correspondeu a mais um período de intensa qualificação da cidade e do concelho graças a um vasto conjunto de ações municipais, muitas delas realizadas na sequência

de propostas feitas pela população nas visitas que o executivo municipal, no âmbito de vários programas de participação cidadã, faz por todas as freguesias.
Trata-se de um exercício de aproximação do Poder Local das populações que tem produzido maior eficácia e rapidez na resolução de problemas que afetam as pessoas.
A ação municipal de qualificação de Setúbal é visível em toda a cidade e em todo o concelho, seja nas áreas mais centrais, seja nas áreas mais recônditas, o que evidencia profundo conhecimento do território concelhio.
Em matéria de finanças municipais, importa salientar que, apesar de o contexto económico ter melhorado um pouco face ao ano transato, o Município de Setúbal continua a apresentar resultados positivos que demonstram o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro verificado nos últimos anos, em simultâneo com uma atividade com resultados notórios na qualidade global da cidade e do concelho.
Entre os mais relevantes que comprovam a consolidação referida destaca-se o acréscimo da receita corrente em 3,3 milhões de euros face a 2015, ou seja, um aumento de 5%, fazendo com que o valor atingido em 2015 ronde os 70,3 milhões de euros.
Outros resultados que devem ser destacados são o aumento de 13,5% do total da despesa paga em 2016 face ao ano transato, tendo atingido os 88,1 milhões de euros, isto é, uma variação positiva de mais de 10 milhões de euros.
A dívida de médio e longo prazo é outro dos aspetos a ser destacado, uma vez que se registou uma redução de 9 milhões de euros face a 2015, passando de 39,5 milhões em 2015 para 30,5 milhões em 31/12/2016.
Entretanto registou-se uma redução dos pagamentos em atraso em 3,7 milhões de euros, ou seja, 12,7% face ao valor de 2015. Assim, enquanto o montante de pagamentos em atraso em 2015 atingia os 10,6 milhões de euros, o valor global destes pagamentos em 2016 era de 6,9 milhões de euros.
Continua a verificar-se a manutenção da capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Setúbal face à Lei em vigor.
Na ótica patrimonial, merece destaque o resultado líquido do exercício de 4,6 milhões de euros e o crescimento dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários, o que reflete o esforço continuado de contenção das despesas e de melhoria na arrecadação das receitas, mesmo tendo em consideração o decréscimo verificado em alguns impostos diretos.
No contexto de uma prestação de contas, e porque as contas do município devem ser muito mais do que apenas resultados financeiros e contabilísticos, considera-se relevante a apresentação de algumas informações sobre as atividades municipais realizadas em 2016.
OBRAS MUNICIPAIS
A convicção de que o projeto de desenvolvimento local deve ser construído e cimentado com todos e todas justifica a continuidade de projetos geradores de vivência cidadã plena. São exemplos desta visão os programas "Ouvir a População, Construir o Futuro", "Nosso Bairro, Nossa Cidade" e a "Setúbal + Bonita", nos quais o DOM - Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Setúbal tem participação intensa.
No âmbito da construção de soluções que facilitem o quotidiano enquadra-se, também, o reforço da parceria com as juntas de freguesia por via de um conjunto de protocolos que conduziram à assunção de mais responsabilidades por parte destas autarquias em diferentes domínios, com a adaptação dos já existentes para a gestão mais eficaz de recursos.
Dos projetos de obras executadas sob a responsabilidade do DOM em 2016 destacam-se o Jardim Multissensorial das Energias, a reabilitação do Museu do Trabalho Michel Giacometti e a requalificação do parque habitacional dos bairros sociais, a conservação da Pousada da Juventude/Centro de Juventude de Setúbal, a requalificação do Parque de Campismo do Outão, a reabilitação do Convento de Jesus - Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto, requalificação do edifício da Biblioteca Municipal e a requalificação do edifício do Banco de Portugal.
Em matéria de obras, realça-se ainda a requalificação do Museu Sebastião da Gama/Polo Biblioteca Municipal, a requalificação da Piscina de Azeitão e a remodelação e manutenção Moinho da Maré da Mourisca,

No domínio das infraestruturas, foram concluídas ou entraram em fase de conclusão várias empreitadas de ampliação, remodelação e conservação da rede viária, águas e saneamento.
No que respeita à rede viária são muitas as intervenções municipais em todo o território concelhio, desde as zonas mais centrais até às mais distantes dos centros urbanos.
A autarquia investiu, entre muitas outras obras na rede viária, na repavimentação da Av. Álvaro Cunhal (zona poente), no reperfilamento da Rotunda da Praça Olga Morais Sarmento, na repavimentação da Rotunda dos 4 Caminhos, na requalificação das Ruas Moinho do Frade e Campos Rodrigues, nas infraestruturas na Rua I do Bairro Santos Nicolau ou na requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente da Av. Belo Horizonte.
Investimentos igualmente importantes em matéria de rede viária são os que dizem respeito ao reperfilamento e requalificação paisagística da Av. Independência das Colónias, à requalificação das avenidas 22 de Dezembro, Alexandre Herculano e Mariano de Carvalho, execução de rotunda no antigo cruzamento da Av. 22 de Dezembro com a Av. Mariano de Carvalho e a Rua Jorge de Sousa e a regeneração urbana do Bairro do Grito do Povo e Bairro dos Pescadores.
Foi também promovida a reformulação do espaço exterior Rua José Maria da Fonseca, a repavimentação da Rua Sociedade Perpétua Azeitonense e a requalificação da rede viária da Praça República, incluindo estacionamento. Ordenou-se o estacionamento na Rua Tomás Ribeiro, nas Praias do Sado, e fez-se a manutenção e requalificação da rede viária na Estrada Casa do Gaiato, na Rua Manuel Gonçalves Branco e na Quinta do Mocho.
Por último, refere-se a execução, em parceria com as Juntas de Freguesia do Sado, São Sebastião e da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, da rotunda da Mourisca no antigo cruzamento da Estrada da Mourisca com a Estrada Vale da Rosa.
Num quadro de grandes restrições orçamentais, as brigadas de trabalhadores dos serviços operacionais do DOM realizaram largas centenas de intervenções por administração direta, de beneficiação e de reparação da rede viária, nas águas e saneamento, nos espaços verdes, nos equipamentos municipais, nas viaturas, máquinas e outros instrumentos de trabalho.
URBANISMO
Em 2016 registou-se um aumento do número de processos em apreciação nos serviços de urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal que deverá ter origem quer na necessidade de regularização de construções sem autorização ou acompanhamento municipal, quer no aumento da construção de obras particulares.
Os serviços do Departamento de Urbanismo deram, neste ano, continuidade ao trabalho de desmaterialização dos processos de urbanismo, trabalho que deverá ser concluído em 2017.
No que respeita à implementação do SIG no município de Setúbal, está concluída a disponibilização do Portal SIG Interno que permite a consulta de informação georreferenciada para todos os serviços municipais e emissão de plantas de localização através do portal georreferenciado.
No ano que gora se encerrou continuou o trabalho de revisão do PDM, fase 3, correspondente à última fase da Revisão do Plano Diretor Municipal. Foram desenvolvidos, entre outros, os trabalhos assessórios que dão a necessária maturidade ao plano, nomeadamente:
• Redelimitação das áreas de edificação dispersa no concelho e respetiva definição dos parâmetros urbanísticos a aplicar
• Elaboração de contributos a integrar na análise SWOT do relatório de caracterização da revisão do PDM
• Realização de visitas e reuniões de trabalho com a CCDR-LVT e ICNF, para apresentação, discussão de objetivos e estratégias das áreas de edificação dispersa e respetiva metodologia proposta no contexto da revisão do PDM;
• Levantamento das atividades económicas na zona nascente do concelho;
Com o objetivo de definição de conteúdos para integrar a revisão do PDM foram concluídos o Estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz, o Estudo Urbanístico da Envolvente do Parque Urbano da Várzea e deu-se continuidade à elaboração do Estudo Urbanístico do Baluarte de St.º Amaro.
Em simultâneo foram elaboradas as alterações ao PDM em vigor, nomeadamente a alteração de cariz regulamentar/áreas de Poçoilos e Alto da Guerra. Já aprovada e publicada, esta alteração procede à adequação da atividade industrial existente em Poçoilos (Amarsul e Egeo).

Foram, ainda, consideradas alterações regulamentares, a incidir na classe de espaço para-urbano e exclusivamente para construções destinadas a equipamentos públicos ou privados. Continuou-se o processo de alteração relativo aos espaços culturais e naturais das áreas de Quintas de Setúbal e Azeitão, nomeadamente Quinta dos Arcos e Quinta de Santo António do Galvão.

Em 2016 deu-se início aos trabalhos do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Setúbal-2026, plano que pretende construir, de forma organizada, partilhada e participada uma estratégia de desenvolvimento de base territorial para o Concelho em que se definam as principais linhas de intervenção no território indicadas para um desenvolvimento estratégico harmonioso.

Elaborou-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), documento que constitui a base da candidatura do município aos fundos comunitários no âmbito do Programa Portugal 2020, plano que se assume como uma das ferramentas para implementar estratégias de mobilidade, reabilitação e regeneração urbana de forma integrada.

Com o objetivo de aprofundar algumas áreas temáticas referentes à mobilidade e deslocações urbanas, bem como a implementação de um sistema eficaz de transportes, de passageiros e de logística que contemple soluções que viabilizem a adoção de políticas de gestão da mobilidade eficazes e sustentáveis, foi dada continuidade à elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável de Setúbal, tendo sido concluído a fase de caracterização e diagnóstico e a definição da estratégia do Plano.

Ainda na componente de planeamento foram desenvolvidos vários contratos de planeamento para a elaboração de Planos de Pormenor, nomeadamente o Plano de Pormenor para a área da Salmoura em resultado da necessária reestruturação do território, definição de uma hierarquia viária e infraestruturação a nível global, assim como foram desenvolvidos os Termos de Referência referente ao Plano de Pormenor de Mitrena Nascente.

Com o propósito de concluir a elaboração do Plano de Pormenor da frente Norte da Av. Luísa Todi foram realizadas varias reuniões de trabalho com a equipa do Plano e foi adjudicada a elaboração de cartografia topográfica e respetiva homologação

Merece, ainda, referência a aprovação do documento estratégico da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vila Nogueira de Azeitão, a elaboração do estudo para o processo de classificação da Calçada Romana do Viso e do Palácio da Comenda, o estudo dos edifícios com interesse Cultural/Patrimonial e a elaboração de proposta para Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Setúbal.

Foram aprovados os loteamentos municipais da Azeda, o loteamento da CHE Praça de Portugal, o loteamento do Bairro da Liberdade, desenvolveu-se o loteamento municipal do Grito do Povo e o trabalho de reestruturação urbana do Bairro dos Pescadores.

Foi ainda mantida a necessária articulação com a APSS, através do grupo de Trabalho CMS/APSS. No contexto deste trabalho destaca-se o trabalho desenvolvido com vista à elaboração do caderno de encargos para a Marina de Setúbal.

Foram ainda concretizadas várias intervenções no espaço publico com vista à melhoria da circulação pedonal, ciclável e viária, materializando a estratégia de mobilidade no território de Setúbal.

REABILITAÇÃO URBANA

O Gabinete de Reabilitação Urbana da CMS promoveu, em 2016, largo conjunto de projetos com muitos deles já executados e outros em execução. Realça-se o acompanhamento às várias juntas de freguesia em sede de projeto ou apoio técnico. Dos projetos realizados destacam-se os seguintes:

- *Paços do Concelho*
- *Praça da República – Azeitão*
- *Largo da Portela – Azeitão*
- *Parque Urbano da Várzea*
- *Posto de turismo do Cais 3*
- *Escultura do Largo da Ribeira Velha*
- *Nova escultura para Av. Luisa Todi*
- *Envolvente à Pousada de Juventude – mobiliário urbano*

• *Colocação de floreiras no Largo José Afonso*
• *Proposta do passadiço de ligação entre o PUA e a Praia de Albarquel.*
• *Várias rotundas (Quatro caminhos, Olga Morais Sarmento, Av. 22 de Dezembro - Correios, Av. da Independência das Colónias, rotunda da Música - Azeitão)*
• *Largo do Sapalinho*
• *Apoio ao Projeto "O museu está na rua" – elaboração dos totens*
• *Reformulação do projeto da ilha da Madeira*
• *Aquisição e montagem de mobiliário variado (floreiras, bancos, abrigos de autocarros)*
• *Parque da Quinta da Amizade*
• *Parque de merendas EN10 - Azeitão*

AMBIENTE E ATIVIDADES ECONÓMICAS

As áreas do ambiente e das atividades económicas, geridas pelo DAEE - Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, são desenvolvidas, na Câmara Municipal de Setúbal, em torno de quatro eixos: estratégia e valorização ambiental, salubridade e limpeza públicas, espaços verdes e atividades económicas.

No primeiro eixo merece destaque a execução, em 2016, da segunda fase do PAESS - Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Setúbal (integrado no Pacto de Autarcas), documento que propõe o desenvolvimento de 31 medidas, distribuídas por vários setores de economia, em parceria com a ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida. No contexto deste plano realizou-se um seminário técnico com vinte empresas da área da eficiência energética e sessões públicas nas juntas de freguesia e foi aprovado o Regulamento de Atribuição do Selo Verde - Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal.

No âmbito do Plano de Comunicação Ambiental do município foram realizadas campanhas de sensibilização ambiental direcionadas para as matérias relacionadas com os resíduos sólidos urbanos, restauração, dejetos caninos, adoção de animais e praias.

Em matéria de valorização ambiental, salienta-se a atribuição, pela ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa, à Praia da Figueirinha dos Galardões Bandeira Azul e Praia Acessível, assim como as ações de educação ambiental realizadas no âmbito da Bandeira Azul, intituladas "Biodiversidade é da Nossa Responsabilidade", "Ao Salvamento" e "Por um Mar sem Beatas".

Na área da iluminação pública e eficiência energética importa referir a candidatura ao Fundo de Eficiência Energética, o Pacto AML/Certificação energética de 26 edifícios municipais, a iluminação interior eficiente em 13 edifícios municipais, o aquecimento de águas quentes sanitárias, a produção de energia fotovoltaica, a instalação de 153 luminárias LED - Light Emitting Diode em dez arruamentos e de 85 projetores de iluminação decorativa/cénica. Para a eficiência energética contribuem, ainda, 14 novos locais com baterias de condensadores e a substituição de 871 óticas LED.

No que diz respeito à área do ruído é de salientar a alteração do Regulamento do Ruído Ambiental do Município de Setúbal.

Em 2016, o trabalho da autarquia nas áreas da salubridade e higiene públicas fica marcado pelo alargamento da área servida por contentores em profundidade.

Durante o ano agora encerrado foi elaborado o novo Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal e foi promovida a revisão do Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal, por imposição da ERSAR-Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.

O trabalho desenvolvido no sector dos espaços verdes chegou, também, a todo o território concelhio, notando-se, hoje, uma mais eficaz gestão destas áreas.

Em 2016 a Câmara Municipal de Setúbal avançou para a construção de novos espaços verdes na Avenida D. Manuel I, zona da rotunda entre a avenidas Antero de Quental e Álvaro Cunhal, Av. Europa, Parque de Santiago, Parque da Algodeia, Parque do Bonfim, Av. D. Manuel I, Rua Morgado de Setúbal e Estrada dos Ciprestes.

Em matéria de atividades económicas destaca-se o processo de dinamização da baixa comercial em parceria com os comerciantes e por via dos projetos Feira Outlet (realização de edições em março e outubro de 2016:), Verão na Baixa, Noite Bocagiana e Natal da Baixa.

Outros projetos desenvolvidos nesta área foram as comemorações da Semana do Mar e do Pescador, a comemoração do 140.º aniversário do Mercado do Livramento, Flash Mob de Ópera no Mercado do Livramento com a atuação de dois cantores líricos e o acompanhamento das atividades de consciencialização ambiental ligadas ao mar e ao rio e à comunidade piscatória do concelho de Setúbal promovidas pela Ocean Alive, realizadas no Mercado do Livramento, "Há mar no Mercado" com as mulheres pescadoras do Sado (Guardiãs do Mar).
Foram, ainda, celebrados protocolos para a dinamização do tecido empresarial do concelho com a AISET - Associação da Indústria da Península de Setúbal e com a ATEC - Associação de Formação para a Indústria e com a Associação da Família do Mar de São Sebastião para a manutenção do Memorial ao Pescador Setubalense Desaparecido no Cemitério de N.ª Sr.ª da Piedade.
No âmbito dos serviços urbanos, foi elaborado o novo Regulamento dos Cemitérios do Município de Setúbal.
CULTURA
O ano de 2016 caraterizou-se por intensa atividade do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, quer resultante da gestão direta de 83 instalações municipais escolares, desportivas, culturais e sociais, quer resultante da execução de aproximadamente 250 projetos regulares e pontuais dirigidos aos diversos grupos-alvo nas diferentes áreas tuteladas por este departamento. A este trabalho é necessário acrescentar as mais de quinhentas ações dos projetos Setúbal Cidade Europeia do Desporto e das Comemorações Oficiais dos 250 anos do Nascimento de Bocage.
No desenvolvimento de projetos reforçou-se a aposta no trabalho em parceria com as mais de 200 associações do riquíssimo tecido associativo do concelho de Setúbal e foi dada continuidade a uma gestão e programação integrada dos equipamentos municipais e de parcerias com as estruturas socioculturais, desportivas e educativas, tendo o município pugnado por reforçar uma oferta de qualidade e heterógena destinada à construção e atração de novos públicos e ao reforço da coesão territorial.
Em 2016, a atividade de maior destaque no trabalho do DCED foi o enorme sucesso do projeto Setúbal Cidade Europeia do Desporto, um evento de elevado reconhecimento nacional e internacional, com mais de 309 eventos originais realizados em quatro grandes áreas temáticas, com mais de 180 mil atletas participantes e com mais de trezentos mil espetadores. Com este projeto, Setúbal, a Câmara Municipal e a sua estrutura demonstraram estar à altura dos grandes desafios organizativos europeus e preparadas para outros desafios à mesma escala.
O sucesso das Comemorações Oficiais dos 250 anos de nascimento do poeta Bocage foi outra marca de grande destaque na atividade do departamento, com mais de duzentas ações dirigidas a diversas populações alvo concluídas com um Congresso Internacional sobre o poeta, a sua obra e a sua importância na cultura nacional e internacional.
Em 2016 foi concluída a reabilitação geral do edifício central da Biblioteca Municipal e foi concluído o projeto de execução da nova Biblioteca Municipal prevista para o Largo José Afonso. Foi iniciada a obra de total recuperação da Pousada da Juventude de Setúbal e iniciaram-se as obras de profunda remodelação e modernização das instalações do Museu do Trabalho, do Museu Sebastião da Gama e da Casa de Bocage, com modernização geral das instalações, instalação de novos sistemas de climatização, aquisição de novo mobiliário e total renovação dos projetos museológicos existentes nestes três importantes museus.
O investimento na renovação e recuperação de instalações desportivas municipais e de clubes foi em 2016 um dos mais importantes dos últimos anos. O investimento municipal nessa área orçou num total de um milhão e quatrocentos mil euros, com destaque para a colocação de diversos relvados sintéticos em campos de futebol, a conclusão da pista de BMX de Setúbal, a pintura de todos os equipamentos desportivos municipais, a recuperação do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, a recuperação do Pavilhão Antoine Velge e de diversos espaços no Estádio do Bonfim, entre outros.
O ano foi marcante no âmbito dos projetos de desenvolvimento cultural nas áreas da musica, pintura, teatro, dança, poesia, cinema e literatura, traduzido na realização, entre muito outros, da Festa da Ilustração, do Festival de Música de Setúbal, do Festival Internacional de Teatro, na

dinamização do Núcleo Museológico Urbano, da Semana da Dança, do Mês do Teatro, do Festival de Bandas Filarmónicas de Setúbal, do Festival Fumo, do Concurso Literário Bocage, do Prémio Nacional de Poesia Sebastião da Gama, das Marchas Populares, do Festival de Cinema Francês, da Maratona da Poesia, do apoio às Bibliotecas Escolares. Destaque ainda para a continuidade do desenvolvimento dos projetos de criação da "Fábrica das Artes" e do "Museu da Educação".

Na área da Educação foram reforçadas as intervenções de requalificação do parque escolar, nomeadamente no apetrechamento técnico, renovação de mobiliário, reforço do material didático e renovação do equipamento informático e de reprografia das escolas do primeiro ciclo. O funcionamento do Conselho Municipal de Educação, a integração de Setúbal na rede das Cidades Educadoras, o apoio a projetos escolares, o reforço dos transportes e das refeições escolares são exemplos da intensa atividade educativa desenvolvida.

Também intensa foi a atividade na área da Inclusão Social, com reforço acentuado da consolidação de parcerias, das ações de proximidade e coesão territorial, de cidadania e interculturalidade, de intervenção junta da população idosa, de apoio às áreas da deficiência, de reforço da rede social e de apoio à prevenção de comportamentos de risco e de apoio à promoção de hábitos de vida saudável.

Destaque para a continuidade do desenvolvimento das políticas e dos projetos de apoio à Juventude, tendo em vista aumentar a participação dos jovens na definição de estratégias de intervenção, mobilizar um número cada vez maior de jovens nas atividades desenvolvidas, promover o exercício da cidadania e o espírito de solidariedade e cooperação entre os jovens e promover o aumento da autoestima dos jovens e uma crescente identificação com o concelho de Setúbal.

FUNDOS COMUNITÁRIOS

A Câmara Municipal de Setúbal trabalhou intensamente, em 2016, para aproveitar ao máximo todas as oportunidades de captação de fundos comunitários para o desenvolvimento do concelho.

No âmbito do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, destacam-se as seguintes candidaturas:

• Sistema do Faralhão - Emissário e conduta elevatória para ligação à ETAR de Setúbal. Operação com valor total de investimento de 405.439,40 euros e comparticipação a 85%.

• Intervenções na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal. Operação com valor total de investimento 2.834.107,40 euros e comparticipação a 85%.

• Reformulação do Sistema de tratamento de Água Residuais Domésticas das Aldeias da Piedade, Portela e S. Pedro. Operação com valor total de investimento de 758.863,58 euros e comparticipação a 85%.

• Otimização dos Sistemas de Saneamento de Setúbal com valor total de investimento de 2.572.389,45 euros e comparticipação a 85%.

• Obras de Prevenção de Cheias em Setúbal" no valor de 3.660.277,53 euros e comparticipação a 85%.

Ao programa LISBOA2020, no âmbito da EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, em articulação com AML, foram submetidas as seguintes operações:

• Reabilitação do Convento de Jesus - Fase A – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto, com investimento 1.618.661,92 euros e comparticipação a 50%.

• SCAVIER – Prarrábida, operação conjunta com os municípios de Sesimbra e Palmela, com valor de 101 412,32 euros, para o município de Setúbal.

• Requalificação Parque Escolar - 1º fase (430.213,00 euros).

• Requalificação Parque Escolar - 2ºfase (822.22,41 euros).

PEDU-Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano

• PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

- PAICD 01 – Bairro Grito do Povo, com valor total de investimento de 429.719,88 euros

- PAICD 02 – Bairro dos Pescadores, com valor total de investimento de 1.454.239,92 euros

- PAICD 03 – Bairro Santos Nicolau" com valor total de investimento de 286.836,00 euros

- PAICD 04 – Jardim Multissensorial das Energias, com valor total de investimento de 287.235,42 euros
No âmbito do FEE – "Fundo de Eficiência Energética" foram submetidas seis candidaturas na área dos sistemas de gestão de energia e para substituição de iluminação em diversos edifícios municipais.
A nível de projetos internacionais, está a decorrer a execução física do projeto "Prevenção da Radicalização Violenta" em parceria com o EFUS.
O valor das candidaturas apresentadas em 2016 já aprovadas ou ainda em análise totaliza 15.862.580,75 de euros.
Em 2016 o município recebeu, ainda, através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão o valor de 1.380.559,19 euros, referentes a comparticipações comunitárias atribuídas no âmbito do QREN e 366.491,01 euros no âmbito do PT2020, perfazendo o total de 1.752.322,53 euros.
TURISMO
O ano de 2016 correspondeu a um período de consolidação das orientações estratégicas formuladas para o turismo de Setúbal, em especial no que respeita à afirmação e atratividade do território enquanto destino turístico. Tal consolidação ocorre num contexto de crescente aumento de turistas e de adaptação dos vários recursos endógenos existentes em produtos turísticos.
O plano de ação definido para este setor contribuiu para a criação de valor e desenvolvimento turístico da região, reforço da competitividade do tecido empresarial turístico (alojamento, restauração, animação e operação turística), valorização e promoção do património ambiental e da identidade cultural do destino Setúbal.
Para tal, incrementou e reforçou parcerias com vários agentes turísticos (empresas e entidades publicas e privadas) para a criação de produtos turísticos suscetíveis de corresponder à procura crescente de visitantes, quer nacionais, quer estrangeiros, em áreas distintas, mas que funcionam em complementaridade.
Destacam-se, entre outros, eventos como o Fim de Ano Azul, os festivais gastronómicos integrados na marca Setúbal Terra de Peixe, a Flamingo Fest, as Noites da Baía, ações que se propuseram posicionar Setúbal como argumento de visitação, mas, igualmente, geradoras de dinâmica económica, pelo consumo de produtos e serviços locais.
O Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Setúbal, com o propósito de sistematizar e cruzar os atributos, oportunidades e desafios nas áreas em que tem intervenção territorial, em especial na Serra da Arrábida, Estuário do Sado, Praias da Arrábida, Azeitão, Centro Histórico e Zona Industrial, tem integrado vários grupos de trabalho municipais e extramunicipais para planear e reforçar a dimensão turística de Setúbal em matérias relacionadas com a diversidade e a qualidade.
A Câmara Municipal de Setúbal tem, assim, feito um considerável investimento para dar resposta às solicitações diferenciadas que lhe são apresentadas nos vários espaços de atendimento e visitação turística, nomeadamente a Casa da Baía, o Moinho de Maré da Mourisca, Mercearia Confiança de Troino, o Eco Parque do Outão e os cinco postos de atendimento.
Em 2016, foram atendidos 110.769 turistas e visitantes nos equipamentos referenciados, o que reflete a projeção da imagem de Setúbal, quer a nível nacional, quer internacional.
Com a intenção de reforçar a atratividade turística do concelho, a Câmara Municipal tem participado em várias feiras internacionais (BTL, Feira Nacional de Gastronomia - Santarém, FIT - Guarda) e internacionais (FITUR - Madrid, ITB - Berlim, Expovacaciones - Bilbao, INTUR - Valladolid) apresentando os vários recursos, produtos e serviços existentes na região.
RECURSOS HUMANOS
O ano de 2016 foi pautado pela otimização e reforço dos recursos humanos em diversas áreas, de modo a responder aos objetivos estratégicos da Câmara Municipal. Exemplo desta prática foi o recrutamento de vinte novos recrutas de bombeiros sapadores, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, cuja formação inicial está a decorrer durante todo o ano de 2017, a regularização de situações profissionais através de processos de mobilidades intercarreiras e/ou intercategorias, a conclusão dos procedimentos concursais para os cargos dirigentes das unidades orgânicas nucleares e flexíveis, a admissão de trabalhadores

para a área da higiene e limpeza e a abertura de quatro procedimentos concursais para áreas operacionais.
Garantiu-se melhor distribuição de fardamentos e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, de forma a garantir a segurança, higiene e saúde no trabalho.
No fim de 2016 a Câmara Municipal de Setúbal contava com um total de 1331 trabalhadores."

Sr. Vereador Paulo Lopes – Obviamente que para analisarmos a prestação de contas temos de comparar com o orçamento que foi votado. Considerámos que o orçamento era irrealista, não era possível chegar àquele valor de 135 milhões de euros que estava previsto. A prestação de contas que agora analisamos e votamos comprova exatamente que ficou pelos 83,3 milhões de euros. Como a Sra. Presidente também disse que destes 83 temos de descontar o empréstimo de curto prazo, ficando nos 73,3 milhões de euros. Nas GOP o investimento baixou e com algum peso, cerca de 3,5 milhões de euros, penso eu, portanto, ficou-se pelos 45%, o que quer dizer que o investimento baixou, o que se vê o ciclo que a Câmara de Setúbal tem e muitas outras câmaras também têm, não é só desta: quando não se investe baixa-se o endividamento, quando se investe mais aumenta-se o endividamento. É um pouco neste jogo e neste equilíbrio que algumas câmaras estão, no qual a Câmara de Setúbal, e se é verdade que houve uma redução do endividamento também é verdade que o investimento que a Câmara Municipal de Setúbal fez, apesar da leitura exaustiva que a Sra. Presidente acabou de fazer de todas as ações, mas o que é um facto é que os números dizem que foi um investimento inferior ao de 2015. Isto bate certo nesta análise, ou seja, reduziu-se no investimento e o endividamento também reduziu, o que quer dizer que cerca de mais de 50% do que se puseram fazer não foi feito, pelo menos nas grandes Opções do Plano. Estava previsto cerca de 60,2 milhões de euros e apenas fizeram 27. Mais de metade não foi feito, daquilo que estava previsto. Há um dado que acho curioso, pelo menos, não tinha reparado neste dado nos últimos relatórios. Eventualmente podia lá ter estado, mas não vi: os indicadores globais, o peso dos impostos diretos nos municípios, que continuam a subir. Neste momento, em 2013 era 25% e em 2016 era 33% por cento, portanto há uma subida, houve um ano em que subiu de forma mais forte, mas de 2015 para 2016 continua a subir, e o peso da aquisição de bens e serviços também continuou a subir. O peso do investimento, baixou 10% para 6%, pelo menos é o que consta no relatório. Há aqui uma súmula daquilo que acabei de dizer de uma forma muito sucinta com estes números. Votámos contra o orçamento inicial e iremos votar contra a prestação de contas. Do ponto de vista daquilo que foi feito não vamos entrar nessa discussão, estamos a fazer uma análise macro e o que interessa na minha opinião, face a este ciclo que entrámos de alguma forma, é que cada vez mais na ausência de dinheiro mais o ciclo depressivo aperta no endividamento. As Obras Municipais devem ser cada vez mais criteriosas em termos de prioridade, porque o que provam estes números é que com o pouco dinheiro que temos e com a necessidade de reduzir o endividamento temos que ser muito criteriosos, sem dúvida alguma, naquilo que será o investimento feito pela Autarquia.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Depois da leitura exaustiva das atividades onde quase só faltaram os canteiros das flores. Como é evidente nós existimos e a câmara municipal existe para trabalhar em prol dos munícipes e apresentar as contas. Quero dar aos serviços os parabéns, porque gosto da apresentação do documento que aqui temos hoje. Ao longo destes quase 4 anos, estruturalmente o orçamento mantém-se o mesmo e as contas da mesma maneira, ou seja, a crítica que faço desde o início continuo a fazê-lo. Lamento, mas não se percebe novamente. Tivemos um orçamento inicial de 119 milhões de euros aumentados para 135 milhões quando sabíamos que não íamos ter essa execução orçamental. Mais uma vez não se percebe porque é que vamos aumentar o orçamento inicial se nem o conseguimos realizar. Se isto não é incoerência, então não sei. É evidente que podem dizer que assim não se consegue realizar despesa, está bem, mas também o problema estrutural se mantém.
Como é evidente, e também nas palavras do Sr. Vereador Paulo Lopes, o que é um facto, e também da Sra. Presidente, de facto há uma diminuição do endividamento e isso é positivo, mas à custa de quê? Já se percebe perfeitamente qual é a matriz, é a da geringonça e tem a ver com

o investimento e o não-investimento que o próprio governo também não fez. Aqui também se passa a mesma coisa é à custa do plano de investimentos, ou seja apenas 27% do plano de investimentos se realizou. Não é só à custa de "milagres" que podemos de facto melhorar a execução orçamental, mantendo os níveis de investimento. É preciso fazer muito mais do que aquilo que foi feito até aqui, no entanto, como é evidente foi uma forma que a maioria encontrou de reduzir o endividamento, e isso de facto é positivo. Mantenho a mesma crítica desde o início e que é a questão do implemento e de não continuarmos a não ter uma execução orçamental com uma taxa de cobertura de 61,7%. Há 2 ou 3 anos, penso que foi logo em 2014, porque não tenho aqui os números, mas houve por obrigação ou por imposição legal, houve uma redução dos valores do orçamento. Passámos dos que temos agora outra vez de 135 milhões para 116, ou à volta de disso, 110. Portanto, houve uma redução a na altura também saudei essa aproximação à realidade a agora isso deixou de existir novamente, porque continuamos a manter e a ampliar o valor global do orçamento a subir receitas, mas essas receitas não continuam a não corresponder nem de longe nem de perto, à realização de 100% do orçamento. Mas considerando que, de facto, há aqui uma melhoria no endividamento que podia ser refletida na tal subida que aconteceu nos bolsos dos contribuintes no município. Essa melhoria podia ser refletida também, nem que fosse ligeiramente, naquilo que os munícipes têm contribuído para o orçamento municipal de acordo com os dados que estão no relatório. Se passou de 25 para 33 com disse o Sr. Vereador Paulo Lopes poderíamos ter acompanhado para contribuir para que os setubalenses e azeitonenses sentissem isso um pouco também no seu bolso, e de facto não o fizemos.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Nesta apresentação da prestação de contas, que são um documento técnico, tanto a leitura ou a referenciação das atividades é sempre necessária para se perceber as verbas que estiveram disponíveis. Se com aquilo que se fez se conseguiu manter ou melhorar o equilíbrio financeiro. No caso é recuperar equilíbrio financeiro. Dou enfoque naqueles aspetos mais relevantes que estão no relatório de gestão. Tal como dizia o Sr. Vereador Paulo Lopes há um acréscimo de receita corrente de 5%, mas há um decréscimo total de receitas de capital de 10,5%. Enquanto isto as obras foram sendo feitas e há outros rácios que são interessantes: o aumento de 13,5% da despesa paga em relação ao ano anterior, pagou-se mais. Há uma redução na dívida de médio e longo prazo de 12,7%, menos 4,4 milhões de euros. Reduziu-se o prazo médio de pagamento em 34,8%, em relação ao anterior. Lembremos que estamos ainda, e durante alguns anos, em processo de reequilíbrio financeiro, vamos distribuir o que há de sobra e isso é que tem em qualquer gestão de instituição, organização, empresa, ou no Estado, e é o que é possível fazer, entregar o excedente de receita em relação à despesa que se tem. Estamos num caminho de recuperação do reequilíbrio, como já no ano passado se verificou, agora parece que mais acentuadamente, mas daí à ilação de que já temos *superavit* para poder dispensar a receita vai um passo grande e teremos oportunidade de realçar isso na campanha, porque o vosso tema político certamente continuará a ser "cavalgado" e assim teremos oportunidade de o esclarecer e desmontar. De facto, estas contas dizem que não há menos, há mais. Os anos dos exercícios económicos nem sempre coincidem exatamente com o volume de realizações, mas estas prestações de contas demonstram que o sentido da recuperação da crise financeira está consistentemente a ser alcançado, vai sendo alcançado ano a ano. É o que quero realçar.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Olhando bem para a prestação de contas e para a atividade desenvolvida verifica-se que 2016 foi um grande ano. Foi um ano de grande colheita, não foi um ano qualquer, foi um ano impressionante e ao mesmo tempo conseguiu-se equilibrar as contas. Foi talvez o melhor ano, nos últimos anos, em termos de contas. Isso é muito importante e era bom que quem avalia estas coisas pudesse verificar que estão retratadas nestas contas uma série de questões que levantaram, do ponto de vista crítico. Se o Conselho das Contas Públicas pudesse pronunciar sobre estas contas, diria que estão num caminho correto de recuperação e consolidação. O FMI diria a mesma coisa. É bom que se vá olhando para aquilo que vai acontecendo. É importante saber e não alinhar naquela crítica que o PSD faz ao Governo do PS

"*baixaram a dívida, mas há menos investimento*" e isso não pode ser. Temos que olhar para as coisas com os dados objetivos. Há uma questão que é importante ter na linha do investimento, existe um conjunto de obras que estão definidas há vários anos e o valor da obra está inscrito por vários anos e tudo isto tem a ver com investimentos dos fundos comunitários. Para uma obra que vale três milhões pode ter neste ano apenas quinhentos mil euros ou um milhão de euros e tem o resto diferido no tempo. É preciso ter em conta que há um deferimento no tempo de grandes investimentos que estão a acontecer e também é preciso ter em conta que o atraso do "Portugal 2020" complicou a execução orçamental e o investimento do Governo a nível nacional. Isto também complicou o investimento das autarquias, porque os avisos vêm tarde. Neste momento já podíamos ter executado as obras que estamos a começar, porque os procedimentos e os avisos do "Portugal 2020" saíram muito tarde e não é possível fazer as obras de repente. Outra questão importante na lógica do investimento é que nós conseguimos fazer muito mais com menos e conseguimos fazer uma coisa que a Sra. Presidente referiu há pouco na sua informação, com os serviços municipais temos feito muitas obras que faríamos de empreitada e que viriam no "território dos investimentos", faz-se a aquisição de material e depois são transformados em obra concreta. Umas obras foram feitas pelos serviços municipais ou parte de empreitadas, logo esta ausência de investimento é um engano em muitos aspetos. Há aqui vários aspetos que têm de ser considerados para perceber a dimensão do investimento real, as horas dos trabalhadores são um investimento brutal, que em termos de trabalho realizado iriam aparecer nos custos do investimento em obras, se estivéssemos a falar do valor dos recursos humanos das empresas. É preciso ter em conta estas apreciações. Fizemos muito mais com menos e fizemo-lo de forma diferente, o que levou a que o retrato do investimento na prestação de contas apareça uma redução que não corresponde completamente à realidade. Temos estado a fazer uma gestão financeira correta, utilizando todos os instrumentos financeiros ao dispor do município, utilizando toda a legislação financeira ao serviço do município e dos munícipes, e não estando a fazer uma gestão financeira, paralisados pela legislação financeira.
O facto de não haver um investimento exagerado e uma dívida exagerada, que é habitual nos finais de exercícios de mandato e em períodos pré-eleitoral, foi uma situação que nunca esteve presente, porque o investimento devia ter disparado loucamente na perspetiva eleitoral. Aconteceu uma boa gestão financeira e uma intervenção feita ao longo dos quatro anos. Só em empreitadas tivemos em média por ano 90 a 100 empreitadas em permanência, neste momento, temos 97 em funcionamento. Foi feito muito investimento ao longo de vários anos e não há nenhuma preocupação, em véspera de eleições, começar a fazer obras. Não se trata disso, não aconteceu nem irá acontecer, vai manter-se esta linha de uma boa gestão financeira e de utilizar bem os meios na resposta às necessidades dos nossos munícipes, na requalificação do concelho.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – O Vereador Paulo Lopes disse: "*Com pouco dinheiro tem que se escolher os investimentos*" (Quase que lhe fugia a boca para a verdade). Com pouco dinheiro fizemos muitos investimentos, quer através dos nossos serviços quer através de aquisições de serviços. Não é só a quantidade de dinheiro que se tem, é também aquilo que se consegue fazer com o dinheiro que se tem. Quando começamos a ver o relatório e percebemos que tudo o que tem a ver com o passivo e com as dívidas, tem uma diminuição. No entanto, percebemos que há aqui uma coisa que tem um acréscimo e que tem a ver com a contribuição que o município de Setúbal teve que fazer, por exemplo, para o FAM. Estas questões não podem ser separadas e não são de menos importância. Se percebemos que esta forma de trabalhar e que estes instrumentos que temos tentam paralisar os municípios, como dizia há pouco o Vereador Luis Rodrigues. Para quando é que vamos ter alteração à Lei das Finanças Locais?
Se houvesse algum Secretário de Estado a quem nós pudéssemos colocar a questão, mais uma vez, de quando é que vamos alterar a Lei das Finanças Locais? Quando é que vamos acabar com o FAM? Quando é que vamos ver a questão das receitas para as autarquias, em função de outros critérios, que não são só aqueles que temos hoje e que são penalizadores para o nosso município?

Com certeza que seria muito positivo, certamente podíamos interpretar estes números de outra maneira e podíamos deixar de falar de empolamentos e de orçamentos irrealistas.

Sr. Vice-Presidente – Em síntese, traduzir aquilo que entendi, daquilo que é o entendimento e a posição das oposições na Câmara Municipal, nas palavras do Sr. Vereador Paulo Lopes e do Sr. Vereador Luís Rodrigues. As suas posições são no sentido de realçar as evidências, ou seja, de se render às evidências. A Câmara Municipal baixou o endividamento, as obras continuam a bom ritmo e as populações, pelo que conhecemos, aprovam e aplaudem. Isto significa que a CDU está a fazer uma boa gestão dos dinheiros públicos. Nós continuamos a trabalhar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Queria utilizar uma citação que é particularmente cara ao Partido Socialista, mas ia-lhe fazer uma metamorfose, que foi dito há algum tempo por um ilustre socialista, "*há mais vida para além do défice*". Na verdade, não sabemos ao certo, porque, entretanto, veio dizer que não tinha dito isso.
No caso da Câmara Municipal, o exercício que a Senhora Presidente da Câmara nos fez, provavelmente, não tão sumário como também pretendia, foi a demonstração, não que há mais vida para além do défice, mas que há mais vida para além da narrativa discursiva e aritmética do orçamento, que oposição, ano após ano, nos tem vindo a trazer. Lamentamos que quando se fala em orçamento deixemos o papel de engenheiros, técnicos ou arquitetos e nos tornemos todos em tecnocratas europeus, para olhar aquilo que é um trabalho exaustivo, em prol da qualidade de vida da população, em prol da dignidade de vida das pessoas deste concelho, em prol daquilo que é a educação e o papel que o município tem vindo a desenvolver e que nos fixemos em parâmetros exclusivamente orçamentais. Queria aqui fazer este agradecimento, ao Vereador Luís Rodrigues, que teve o cuidado de elogiar aquilo que tem sido uma estratégia de reequilíbrio financeiro da Câmara Municipal, onde é possível encontrar um caminho que vai ao encontro daquilo que são os propósitos e daquilo que é uma estratégia de equilíbrio financeiro para este município. Queria aproveitar esta oportunidade, não só para referir o trabalho exaustivo que é feito pelos serviços da Câmara Municipal, mas acima de tudo e tratando-se de um relatório de gestão, mais do que um relatório de gestão é um relatório de trabalho de centenas de trabalhadores desta Câmara Municipal, que permitem através da extrapolação de números, dar sentido a centenas e centenas de ações, que é o resultado daquilo que é a atividade desta Câmara Municipal. Existe bem mais vida para além do orçamento e essa vida é a vida do pulsar da cidade todos os dias, por aquilo que é o trabalho dos trabalhadores e, sobretudo pela forma como isso se traduz na ação e na vida dos setubalenses.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – O Vereador Pedro Pina está aqui ao lado, mas às vezes não ouve bem. O único elogio que fiz foi ao relatório que tenho há minha frente, não foi a nenhuma consolidação.

Sr. Vereador Pedro Pina – "*Diminuição da dívida*", "*diminuição do endividamento*" e "*melhoria da receita*".

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Não disse nada disso. Disse que houve à custa do quê. O que eu elogiei foi sobre este relatório, quanto ao resto não, porque se mantém exatamente a mesma estrutura desde o início deste mandato. Houve uma diminuição o ano passado, mas este ano o endividamento foi à custa de quê? Seria um elogio se conseguisse fazer diminuição de endividamento, mantendo o investimento. Os vasos comunicantes baixam num lado e sobem no outro. Está enganado, porque não se trata de elogio!

Sr. Vereador Pedro Pina – Quero pedir desculpas ao senhor Vereador Luís Rodrigues. Não foi minha intenção deturpar as suas palavras, manipular o seu discurso, mas escrevi com todo o cuidado o seguinte: "*problema estrutural*", "*diminuição da dívida*", "*redução do endividamento*". Isto não são elogios? Isto é um elogio ao trabalho de gestão!

Sra. Presidente – Não sabe mesmo, porque é que é empolado ou dá jeito não saber?

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Disse que era empolado, porque caso contrário não conseguia realizar despesa. Nas suas receitas de capital, sabem bem o que fazem. Há dois anos atrás aproveitava as vendas de património, empolava milhões de euros na venda de património, depois arranjou-se uma regra que não podia ser assim. O que é que fez esta maioria? Foi para outra rubrica. Nas outras receitas de capital, estão trinta e cinco milhões. Sabe quanto é que foi realizado Sra. Presidente? Cento e noventa e sete mil euros.
O que é que quer que eu lhe diga senhora Presidente? A maioria sabe que é que está a fazer, sabe que asneira está a fazer e sabe como contornar a asneira.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador sabe porque é que se tem de empolar, porque tem que se pôr a divida no orçamento, o trabalho tem que ser feito para as pessoas. Sabe disso?
Se sabe disso, como é que as câmaras do seu partido resolvem este problema? Como é que eles fazem esta "asneira"? Não consigo perceber como é que eles fazem esta asneira? E são muitas as câmaras do seu partido e são muitas câmaras em situações iguais. Preferimos não ter dinheiro no banco, no entanto, existem muitas câmaras, sendo que algumas do seu partido, têm dinheiro no banco, para depois não terem que ouvir a oposição.
Não queremos saber se o dinheiro está no banco, apenas queremos ter uma gestão responsável e dizer que temos que pagar dívida, mas também precisamos que as pessoas tenham jardins, tenham as casas arranjadas e que as crianças tenham escolas. Precisamos que venham cada vez mais turistas à nossa terra, porque para além de ser muito bonita, além de termos muitas potencialidades, isso trás riqueza à terra. Quanto mais restaurantes estiverem a funcionar, mais pessoas estão a trabalhar nesses restaurantes, mais impostos estes restaurantes pagam.
É evidente que estamos a criar riqueza na terra, mas a terra não é atrativa se nós não fizermos investimento, nem que seja fazer pequenos jardins, alindar junto às praias, substituirmo-nos à responsabilidade do Governo central, como foi o caso do Convento de Jesus e do Forte de São Filipe. Substituímo-nos à responsabilidade no Governo central, para que as pessoas venham ver o que é uma joia Manuelina e para que venham ver o que foi naquele Forte. O Partido Socialista e o Partido Social Democrata são partidos com responsabilidades governamentais, que nunca quiseram saber, agora ficam chateados, porque continua a existir dívida. Estamos a fazer dívida para os substituir, porque estamos a fazer dívida em edifícios nacionais.
Nós que não precisamos estar no FAM tiraram-nos do nosso orçamento, um milhão e seiscentos mil. Os municípios que estão obrigados a recorrer ao FAM, não beneficiaram de um milhão e seiscentos mil, por isso deveria de haver uma queixa para a Comunidade Europeia, no sentido de questionar onde está o dinheiro. Tiraram o dinheiro aos municípios que não estão obrigados e logo não têm qualquer benefício, para dar aos outros que tiveram que recorrer ao FAM. Certo é que os outros "infelizes", que tiveram que ir ao FAM, não beneficiaram ainda do dinheiro do FAM e nós ficamos sem um milhão e seiscentos mil euros. Ninguém refere isso no nosso orçamento. Isto foi feito pelo Governo anterior, mas o Governo atual ainda não retificou essa situação e já lá estão quase quatro milhões nossos.
Porque é que tivemos que fazer o empolamento? Temos que pagar a dívida e tem que estar refletido. Se não refletirmos isso, mais as despesas de funcionamento, como é que fazemos o orçamento? Como é que tratamos dos jardins, dos refeitórios e das obras?
Então paramos no tempo, como alguns colegas fizeram, temos que pôr isto sem dívidas e a população espera quatro anos, com buracos no chão e uma série de coisas por resolver, para chegar ao final do mandato sem dívida. Depois vem com grandes parangonas "Não temos dívidas", e depois correm para fazer obra.
Saudar as Juntas de Freguesia que foram incansáveis, os nossos parceiros, amigos, camaradas, que vão ao nosso lado na persecução dos objetivos, de dar melhor qualidade de vida às populações. Como disse o Vereador Carlos Rabaçal e bem, durante 2016 fizemos muito mais trabalho do que em 2015, e foi entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal que se rentabilizaram meios, recursos humanos, dinheiros, de forma a fazer cada vez mais trabalho com menos dinheiro e de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Basta que visitem as

juntas de freguesia para constatarem com esta realidade. Não é como uma declaração, de um ilustre arquiteto da nossa praça, que diz, que nós só fazemos obras naquilo que se vê. Ele conhece as coisas de Setúbal e mente com os dentes todos que tem na boca, porque é um homem de Setúbal.
É um homem respeitado, é um arquiteto de Setúbal que disse no jornal: "*A CDU tem feito algumas obras, mas só daquelas mais visíveis, onde passam as pessoas*". Acho que terá nascido em Setúbal e é um homem do PSD. Esse Senhor Arquiteto não conhece a cidade, não sabe o que está a acontecer nas freguesias. Nós temos um molhe de livros de "Ouvir a População" de todas as freguesias para oferecer a esse Senhor Arquiteto, para dizer o que foi feito em todas as freguesias.
Dizer aqui publicamente, que os nossos parceiros preferenciais e companheiros são as juntas de freguesia que estão de parabéns, porque fizeram um trabalho inexcedível em prol das populações.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 5 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD/CDS.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fez a seguinte declaração de voto:
" O Orçamento municipal e a sua execução, a prestação de contas que agora votamos, são dois documentos que expressam e quantificam o trabalho a proposto e realizado no município.
Votámos contra o orçamento de 2016, pois entre outros fatores, consideramos ser um orçamento impossível de realizar, quer pela via da receita, exageradamente empolada quer pela via do investimento previsto, que era claramente inexequível.
Os números agora apresentados infelizmente vêm nos dar razão!
Com um valor global de 135.6 M€, apenas foram realizadas 83,3M€, apenas 61,6% do previsto, e tendo em conta que 10 M€ desta receita foram obtidos á custa de três empréstimos de curto de prazo, que se forem retirados à receita, facilmente chegamos á conclusão que a receita cobrada situa-se em cerca de metade do previsto.
A receita executada ao longo dos anos tem vindo a manter-se em valores entre os 65/70 M€, valor muito inferior ao orçamentado, com clara influencia no investimento previsto e anunciado.
Quanto ao IMI, continua a seguir uma trajetória crescente este ano atinge o valor máximo de 25,5 M€, o valor mais alto de sempre, contrastando com a baixa do IMT em cerca de 1.3M€, o que representa ou um abrandamento na comercialização de imoveis no concelho ou transações de menor valor referente ao ano de 2016, mas que foi compensado pelo aumento da derrama, perfazendo assim um aumento da receita nos impostos diretos em mais de 0,3M€.
Em relação ao investimento previsto e anunciado, as Grandes opções do plano (GOP), a sua execução caiu em 2016. Em 2015 as GOP tiveram um nível de execução de cerca de 30,8M€ dos 59,8M€ orçamentados (51,5%), valor já baixo, e em 2016 tiveram um nível de execução de cerca de 27,2M€ dos 60,2 M€ orçamentados, tendo assim descido o investimento municipal para apenas 45,2% do orçamentado.
O modelo existente em Setúbal é simples, menos investimento, tendencialmente menos divida, mais investimento, criação de mais divida, a atual gestão dificilmente conseguirá libertar-se desta espiral, sendo por isso necessário, uma escolha criteriosa dos investimentos a implementar, que possam ser estruturantes para a cidade e com um impacto real na economia e qualidade de vida dos setubalenses e azeitonenses.
Através dos indicadores globais, podemos constatar que o peso dos impostos municipais diretos nos munícipes, aumentaram, em 2013 eram de 25% atingindo em 2016 os 33%, o peso da aquisição de bens e serviços nos munícipes, também aumentou de 11% em 2013 para 21% em 2016, enquanto que o peso do investimento nos munícipes baixou de 10% para apenas 6 % no mesmo período.
A apresentação dos resultados do ano de 2016 vem confirmar a incapacidade da gestão CDU em executar os projetos e as grandes obras prometidas no mandato, e que encheram outdoors, como o parque urbano da várzea, a nova biblioteca ou o terminal 7, não se concretizaram nos

últimos 3 anos e dificilmente se concretizarão no presente mandato. As promessas eleitorais não passaram disso mesmo, promessas….
Pelas razões enunciadas, os vereadores do Partido Socialista, votaram contra este relatório e prestação de contas de 2016".

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Fez a seguinte declaração de voto:
"A "Coligação Por Setúbal Por Si" PSD/CDS vota contra a proposta da Prestação de Contas relativas ao ano de 2016 do Município de Setúbal, da responsabilidade da CDU, na sequência dos motivos anteriormente expostos no debate dos documentos em questão e, em particular, devido aos seguintes aspetos relevantes:

1. *A prática reiterada do empolamento das receitas para permitir realizar despesa sem a devida cobertura real;*
2. *Confirmou-se mais uma vez a impossibilidade de executar o orçamento anual previsto, porque para um orçamento global final com despesas de 135 M€ apenas se obtiveram receitas no valor de 83,3 M€, revelando uma taxa de cobertura de apenas 61,7%;*
3. *Verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento que foi conseguido principalmente à custa da reduzida taxa de concretização do Plano de Investimentos (27%)*
4. *Dos 31,3M€ previstos realizar no Plano de Investimentos apenas se concretizaram 8,3 M€.*

Neste sentido, reafirmo o meu voto contra a prestação de contas 2016 em nome da coligação "Por Setúbal Por Si" PSD/CDS".

8. Deliberação n.º 146/17 – Proposta n.º 39/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato e de Colaboração, a celebrar entre o Município de Setúbal e a "Associação Dress For Success Lisboa"

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 147/17 – Proposta n.º 04/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de São Luís da Serra

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 148/17 – Proposta n.º 05/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festas do Senhor do Bonfim

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 149/17 – Proposta n.º 06/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 150/17 – Proposta n.º 08/2017 – DOM – Empreitada "Estação Elevatória dos Combatentes e Coletores Afluentes" – Concurso Público – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 a 49.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – É uma obra importante e deve ser realizada. Tenho algumas dúvidas quanto ao prazo proposto que são 180 dias para este tipo de obra, não me parece que se vá conseguir fazer nos 180 dias, no entanto eu vou-me abster. É um prazo muito curto para a execução daquele tipo de obra e iremos verificar que não vai ser cumprido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Os prazos foram apresentados publicamente pelos candidatos. Isto é uma obra que se pode desenvolver de forma a durar três anos ou os 180 dias, depende da forma como se vão colocar no terreno e a forma como o trabalho for desenvolvido. É estranho a abstenção do PSD/CDS na adjudicação de uma obra deste tipo, que é estrutural e essencial para o fechamento da nossa rede. São opções!

Sra. Presidente – Não é estranho, é normal!

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

13. Deliberação n.º 151/17 – Proposta n.º 09/2017 – DOM – Empreitada "Reabilitação do Convento de Jesus" – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto" – Concurso Público – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 a 51.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Achamos estranho aparecer apenas uma empresa a uma obra tão apetitosa. Neste momento, temos uma informação interessante, o mercado imobiliário, o mercado da construção está com alguma recuperação, sobretudo à conta daquelas câmaras que estão a fazer um esforço de final do mandato ou que estão a concorrer a Fundos Comunitários "QREN". Como desapareceram milhares de empresas de construção, as poucas empresas que sobraram estão com muito trabalho. Os valores de mercado que estavam 20% a 30% abaixo dos valores de há cinco a seis anos atrás, estão a retomar. Para uma obra deste tipo, se ela fosse posta a concurso por dois milhões e meio, certamente teríamos dez empresas a concorrer, por um milhão e meio, apenas temos uma empresa. Temos conseguido pôr a concurso obras a preços incrivelmente baixos, que são bem-feitas e que as empresas têm conseguido fazê-las, mas neste momento, está a ser mais difícil. Há pouco foi referido o concurso deserto de "Escola - 2.ª fase", exatamente por essa razão. Neste momento há um crescimento nas adjudicações e as empresas vão onde ganham mais dinheiro, mas como têm mais escolha e como são poucas

as empresas na área, muitos dos concursos começam por ficar desertos e a situação fica complicada. No entanto, parece que temos sorte com esta empresa como tendo larga experiência de reabilitação, por isso se propõe a adjudicação à empresa Teixeira Pinto & Soares SA., pelo valor e prazo previsto na proposta.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Agradeço a explicação do Vereador Carlos Rabaçal, porque era uma das perguntas que ia fazer. Uma vez que a proposta n.º 11 também só tem um único concorrente, vou-me abster nas duas. Como é evidente são duas obras bastante importantes, nomeadamente a da reabilitação do Convento de Jesus, mas nós ficamos sem alternativa. Abstenho-me nas três adjudicações, mas considero que são muito relevantes as três empreitadas.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Queria fazer uma constatação de voto por estupefação. O Sr. Vereador representante do PSD/CDS já nos habitou a votar contra, em obras de grande importância para a cidade, numa delas até o Partido Socialista foi atrás, o Convento de Jesus.
Na realidade o Sr. Vereador está aqui a dizer: "*Eu tenho uma orientação política muito concreta de não aprovar obras importantes para a cidade de Setúbal*". O Sr. Vereador diz que concorda com as adjudicações, acha que são relevantes, mas tem que se abster e não as pode aprovar.
Estou estupefacto!

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Não esteja estupefacto Sr. Vereador, porque eu disse exatamente a mesma coisa relativamente a outras obras e quando votei contra, disse porque é que votava contra, porque não os podia aprovar naquelas condições, apesar de considerar que eram relevantes. Foi isso que eu disse quando votei contra, por isso não tem que ficar estupefacto!
Estas adjudicações também poderiam ser relevantes, mas não tenho nada que me diga que tenha que votar contra, não há aqui nada aparentemente que eu não concordo ou que haja um grande problema. As outras adjudicações tinham coisas relevantes e como tal não poderia aprovar os respetivos processos. Posso-lhes dar o exemplo da história do supermercado junto à Av. Europa, quando disse que concordava com a construção daquele estabelecimento comercial, mas não concordava com o processo que estava mal instruído.
Não diga coisas que eu não digo, porque sou muito coerente naquilo que digo.
Não estou aqui a abster-me por questões políticas, não se preocupe com isso. A adjudicação é da vossa responsabilidade e nada tenho a opor, por isso façam-na.
Se eu fosse vereador deste pelouro, não trazia aqui só uma proposta. Coisas deste valor teriam que ter alternativa de escolha. Não me parece que esta seja a melhor forma!

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Senhor Vereador não sabe ou faz que não sabe. Estamos perante um concurso público, funcionou o mercado, apareceu quem apareceu e esta empresa cumpre todos os critérios. Se inventássemos um problema qualquer para não adjudicar esta empresa e ir ao encontro da vontade do Sr. Vereador, fazendo outro concurso, certamente teríamos que indemnizar a empresa e perdíamos o QREN, porque todo o processo tem que ser entregue em maio.
Estamos a brincar com o quê?
Não seja tão incoerente!

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Não estou a votar contra nada. Se eu votasse contra tinha o direito de ter dito isso. Não digam coisas que eu não digo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Você disse: "*Se eu fosse vereador do pelouro não traria aqui*". Então o que é que traria? Traria a não obra do Convento? A alternativa a adjudicar a esta empresa, é a não obra? Não seja irresponsável!

Sra. Presidente – Não se zangue Senhor Vereador Luis Rodrigues, só temos que fazer a publicitação de todas estas tomadas de posição para entregar ao Senhor do IMI. Só temos que fazer a relação destas obras todas, para as pessoas terem consciência desta realidade. Não há aqui uma obra, que seja interessantíssima e importantíssima, que ao longo de todo o mandato não tivessem levado um não ou um nim. As pessoas têm que saber isto.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

14. Deliberação n.º 152/17 – Proposta n.º 10/2017 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Brejoeira – Brejos de Azeitão – Rua do Pinhal, 17

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 153/17 – Proposta n.º 11/2017 – DOM – Empreitada "Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo" – Concurso Público – Adjudicação

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

16. Deliberação n.º 154/17 – Proposta n.º 61/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 155/17 – Proposta n.º 62/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao 35.º Concurso do Vestido de Chita da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 156/17 – Proposta n.º 63/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização de Festa em Honra do Senhor Jesus do Bonfim

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 157/17 – Proposta n.º 64/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização das Festas do Novo Círio de Nossa Senhora da Arrábida

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 158/17 – Proposta n.º 65/2017 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal – "Projeto Gralha"

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 a 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 159/17 – Proposta n.º 66/2017 – DCED/DIDES – Protocolo entre o Município de Setúbal e Federação Portuguesa de Rugby

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 a 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 160/17 – Proposta n.º 67/2017 – DCED/DICUL – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Casa da Cultura

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 68.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e quarenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 24 de maio de 2017, por unanimidade, contém 41 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Vítor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro